



Ponte da Linha do Douro (Pala, Baixo) / Dolmen

Em Destaque

Parcerias e sinergias



Dolmen

Douro Verde

P 12 Um fim-de-semana no Douro Verde

P 4 e 5 Entrevista a Jordi Estivill

P 16 Uma ferramenta para as políticas de proximidade

P 20 Quinta do Crasto

Benefícios e fragilidades das parcerias

A “união faz a força”, “juntos seremos mais fortes”; enfim, um sem número de *slogans* invadem todos os dias os *media*. Todos têm subjacente a ideia de que a partilha redundará no benefício comum. De facto, parece ser um conceito óbvio. Parece, e diria que é hoje quase um dogma nas abordagens de planeamento e de elaboração de políticas. Ao analisarmos qualquer documento de programação tudo é simples e claro. Mas será mesmo assim?

Que ideias se podem retirar deste laboratório de experiências que é o LEADER? Do ponto de vista institucional, ou das instituições e, se quisermos, político, *lato sensu*, as parcerias têm sido construídas de uma forma muito impositiva. A noção de parceria é “politicamente correcta” porque conceptualmente promove a integração de políticas e a participação da sociedade na definição e aplicação das políticas. Contudo, a parceria implica uma alteração da relação com o poder e, muitas vezes, o conceito de parceria é confundido com a simples consulta. É normal na fase de elaboração dos planos e das políticas consultar as organizações e os parceiros. No entanto, aquando da fase de implementação a parceria torna-se mais turva. Institucionalmente parece que continuamos a ser muito pouco parceiros. Não há ainda uma cultura suficientemente desenvolvida de trabalho em equipa e de partilha de poder.

No caso dos programas LEADER, e nas parcerias que lhe estão associadas, os Grupos de Acção Local (GAL), encontram-se elementos interessantes de organização e de envolvimento dos actores locais. O modelo LEADER implicando uma forma de governança mais local, e portanto mais próxima dos destinatários, permite tornar mais evidente a importância de cada um. Mas este exercício de interactividade com a sociedade é

complexo e exigente. Amiúdes vezes também se assiste a um progressivo isolamento do núcleo da governação local à medida que se vai avançando na aplicação dos planos de desenvolvimento. Talvez porque não se sufraga a actividade desta governança, não havendo, assim, um estímulo adicional para que o envolvimento da parceria seja mais requisitado. Ou seja, o sucesso da actividade dos GAL reside na definição clara dos seus objectivos, que por sua vez deverão reflectir o interesse das populações, e na sistemática avaliação da qualidade da governação.

No caso da actividade económica a formação das parcerias reside num interesse óbvio, o benefício económico de cada parceiro. As parcerias são montadas naturalmente porque é facilmente pressentido por cada parceiro o seu papel e importância, e o seu benefício.

Será então a parceria um benefício ou uma necessidade? Um requisito ou uma consequência? Provavelmente será um pouco de tudo isto. Mas clara parece a ideia de que as parcerias para serem efectivas “ferramentas” de desenvolvimento, promotoras de sinergias, deverão ser construídas na base de uma missão clara e objectiva, envolvendo e dando responsabilidade a cada parceiro. Ao fim e ao cabo é da democracia, enquanto modelo de desenvolvimento, que em última instância as parcerias parecem estar intimamente associadas, e mais uma vez o programa LEADER faculta-nos uma interessante lição sobre as fragilidades, mas principalmente sobre os benefícios deste complexo modelo de governação e de organização das sociedades.

Rui Veríssimo Batista
Chefe de Projecto LEADER+



Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:	
Organização:	
Função:	
Morada:	
	Código postal: -
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Comentários:	

Recorte ou fotocopie, e envie para: DGADR, Rede Portuguesa LEADER+, Tapada da Ajuda - Edifício I - 1349-018 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos divulgar e promover o LEADER+, assim como reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

DGADR - Direcção-Geral de
Agricultura e Desenvolvimento Rural
Rede Portuguesa LEADER+
Tapada da Ajuda - Edifício I
1349-018 Lisboa

Telf.: 21 361 32 57
Fax: 21 361 32 77

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ **www.leader.pt** e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no link **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação à DGADR com a devida antecedência. Obrigado.

Parcerias e Inovação Social

da experimentação à disseminação - o contributo da EQUAL

A Iniciativa Comunitária EQUAL é um programa da iniciativa da Comissão Europeia na qual participam todos os Estados-membros da União Europeia, financiados pelo Fundo Social Europeu, desde 2000 até 2008.

O seu objectivo é testar novas soluções para combater a discriminação e as desigualdades existentes no acesso e no mercado de trabalho com vista à sua posterior incorporação nas práticas e nas políticas nacionais.

A EQUAL é a terceira geração de programas de iniciativa comunitária consagradas aos recursos humanos e é tributária da experiência adquirida por cada uma das anteriores gerações e também de outros programas como o LEADER. A noção de Parceria de Desenvolvimento na qual assenta o desenvolvimento de qualquer projecto EQUAL, assim como o reconhecimento do território como o centro dos problemas e por isso também das soluções a desenvolver são exemplos da capacidade da EQUAL para se inspirar e beneficiar das experiências dos outros.

Os problemas da desigualdade e discriminação no mercado de trabalho estão desde há muito identificados. No entanto, as políticas sociais, de educação, de formação, de emprego, designadamente as financiadas pelos fundos estruturais, não foram capazes de fazer evoluir de forma significativa a situação, porque em regra estão dissociadas da política económica como foi reconhecido pela Estratégia de Lisboa.

Independentemente da necessidade de se investir na coordenação das políticas sociais e económicas, é importante continuar a investir na inovação das políticas sociais no sentido de procurar aumentar a sua eficácia. A experiência da EQUAL mostra que a inovação social está intimamente associada à incorporação e implementação dos princípios EQUAL.

Os princípios EQUAL

Os princípios EQUAL são inerentes a qualquer intervenção apoiada pela EQUAL. Para além da inovação, são princípios o empowerment, o trabalho em parceria, a igualdade de género, o envolvimento e participação das empresas, a cooperação transnacional e a disseminação/mainstreaming dos resultados.

O essencial da inovação produzida na EQUAL resulta do grau de incorporação dos demais princípios. O empowerment garante a adequação das novas soluções às expectativas e necessidades dos públicos-alvo; o trabalho em parceria favorece a complementaridade das competências dos diversos parceiros e assegura uma resposta integrada à multidimensionalidade das problemáticas dos públicos-alvo; a igualdade de género garante que as especificidades dos públicos femininos e a sua discriminação no mercado de trabalho são devidamente tomadas em conta nas novas políticas e intervenções sociais; o envolvimento e participação das empresas é indispensável porque não há verdadeira integração social sem que se considerem as reais necessidades das empresas, o seu comportamento no mercado de trabalho e as suas práticas de gestão dos recursos humanos; a cooperação transnacional porque cada vez mais a partilha com parceiros europeus possibilita uma intervenção que beneficia da experiência dos outros e permite a definição de estratégias a nível europeu, num mundo cada vez mais global; e o mainstreaming assegura a transferência da inovação produzida em contexto experimental para contextos mais alargados, designadamente, para organizações chave dos sistemas de emprego e formação e para as próprias políticas.

O papel das Parcerias de Desenvolvimento

A prática mostrou que no combate às discriminações no mercado de trabalho exige intervenções multidisciplinares que mobilizem organizações e competências complementares para garantir a sua integração e eficácia.

A título de exemplo, a integração de um ex-recluso no mercado de trabalho exige não só uma abordagem a montante da sua libertação, no plano pessoal, profissional e social, como uma união de esforços na fase de transição e integração no mercado de trabalho que comprometa as várias entidades com responsabilidade em áreas como o emprego, a justiça, a habitação, a saúde, a segurança social e a própria comunidade.

Trabalhar em parceria não tem sido uma prática consistente e generalizada no plano nacional, razão por que é indispensável um investimento na criação de uma cultura de trabalho em parceria, na facilitação de acordos entre entidades, na disponibilização de recursos, designadamente financeiros, para que o potencial que as parcerias representam se concretize. Neste sentido, a gestão EQUAL tem-se assumido como um facilitador do trabalho em parceria, criando um quadro regulamentar suficientemente flexível para permitir os mais variados modelos de parceria, exigindo uma clarificação à partida de papeis e responsabilidades de cada parceiro e concedendo os correspondentes meios financeiros, disponibilizando ferramentas de apoio ao trabalho em parceria e até organizando acções de formação em parceria com Universidades sobre o tema da “Gestão de projectos em Parceria”.

O papel das redes temáticas

Levando mais longe este princípio do trabalho em parceria, a EQUAL promoveu a constituição de redes temáticas que associam várias Parcerias de Desenvolvimento a trabalhar em domínios comuns, alargando o âmbito da cooperação, explorando sinergias entre projectos e criando uma dinâmica de partilha e de criação de novas soluções e propostas políticas.

Pode-se dizer que as redes temáticas se constituem como “parcerias de parcerias” que não só produzem inovação como capitalizam os resultados de cada Parceria de Desenvolvimento participante na rede e propiciam a transferência e disseminação de resultados num quadro muito mais alargado.

As redes temáticas têm também tido um papel central no processo de validação de produtos concebidos e experimentados pelas Parcerias de Desenvolvimento.

A validação de produtos

O processo de validação de produtos que o programa EQUAL português desenvolveu constitui uma aposta fundamental na qualidade dos produtos dos projectos e é uma forma de lhes conferir reconhecimento social.

Através do olhar crítico dos pares, participantes nas redes temáticas, de peritos externos e de potenciais utilizadores promove-se uma reflexão e aprendizagem colectiva que se repercute na melhoria da qualidade do produto e no alargamento das suas oportunidades de disseminação.

A disseminação

A disseminação é uma etapa do desenvolvimento de um projecto EQUAL que consiste na transferência da inovação produzida para outras organizações, para os sistemas e para as políticas. Para a concretização do processo de transferência o programa contempla uma Parceria de Desenvolvimento específica que deve integrar os autores da solução inovadora e os potenciais incorporadores dessa solução, actividades especialmente orientadas para a transferência destacando-se a formação de formadores ou agentes que repliquem, adaptando aos novos contextos as soluções, e um financiamento também ele específico que suporta estas actividades.

Dada a importância que os princípios EQUAL têm revelado na qualidade e inovação das intervenções, os novos regulamentos comunitários dos fundos estruturais para o período 2007-2013, prevêem que as intervenções do Fundo Social Europeu integrem estes princípios.

Chegando a EQUAL ao seu termo, a passagem dos seus princípios para o mainstream deverá assegurar que os seus objectivos foram atingidos.

Para saber mais sobre a EQUAL e sobre o processo de validação, consulte www.equal.pt.

Ana Vale
Gestora da EQUAL em Portugal

Jordi Estivill

Sobre parcerias e sinergias nas zonas rurais

Jordi Estivill, antigo coordenador e actual colaborador do Projecto STEP (Strategies and Tools against exclusion and poverty) / Portugal do Programa Global da Organização Internacional do Trabalho, é perito em matéria de política e economia social. Ex-director do Gabinet D'Estudis Socials de Barcelona (1984-2002), professor de Política Social da Universidade de Barcelona (1981-2001), autor e responsável por inúmeras investigações e publicações, nomeadamente, sobre a parceria, é também fundador de várias redes e federações europeias e espanholas da economia social.

Na sua opinião, quais são os factores que presidem à criação e organização de parcerias entre os diferentes actores locais? Considera que a generalização do trabalho em rede e parceria é sinal de uma maior consciência colectiva sobre o bem comum?

Os factores que contribuem para a criação de parcerias podem ser múltiplos. São de ordem ideológica e cultural, quando, num território, a nível local, existem hábitos de negociação ou partilha de valores. Outras vezes, os motivos prendem-se com homogeneidade económica. Quando surge, por exemplo, uma crise de deslocalização industrial ou se reúne uma comunidade de interesses numa zona de natureza turística. Noutras ocasiões, o impulso pode ser provocado por factores exógenos, se o objectivo for, por exemplo, combater medidas externas com as quais os actores locais discordam, ou negociar vantagens diferenciais para uma área. Também pode obedecer a uma imposição. No quadro do Terceiro Programa Europeu de Luta contra a Pobreza (1989-1994), o conceito de parceria era desconhecido nos países do Sul da Europa e foi de certa forma imposto pelas instâncias europeias, tendo sido depois desenvolvido com bons resultados (ESTIVILL, Jordi - *O partenariado social na Europa: uma estratégia participativa para a inserção*. Porto: REAPN, 1998.). Por vezes, também se organizam parcerias com objectivos mais pragmáticos porque produzem resultados positivos na luta contra a pobreza, desenvolvimento local ou defesa de determinados públicos-alvo (desempregados, mulheres, pessoas com necessidades especiais, ciganos, entre outros). A importância ideológica, estratégica, política e prática da parceria permite que seja interpretada de diversas maneiras. Existe uma leitura positiva que apreende o trabalho em rede e em parceria como sendo útil para o bem comum, porque permite uma maior expressão das necessidades e solicitações do conjunto de cidadãos que devem ser respeitados. Existe também uma leitura da parceria como palco de um grande teatro, onde só são expressos os interesses particulares dos actores mais fortes ou então onde se neutraliza e encobre a busca do bem colectivo.

O conceito de parceria aparece normalmente associado a interesses vários dos diferentes elementos que constituem essa modalidade de trabalho. Do seu ponto de vista, é fácil construir consensos e definir prioridades numa base organizacional múltipla e diversificada? Quais as dificuldades que mais se evidenciam no trabalho em parceria?

A parceria é um processo estratégico que pressupõe diversas modalidades de trabalho. Não existe um modelo único de parceria nem uma modalidade única de trabalho. Não é fácil construir consensos e definir prioridades partilhadas. Inclusive pode conceber-se uma parceria que já viveu períodos de conflito com consequências positivas. Quando os actores são igualmente fortes, ninguém tem o monopólio e o jogo é mais coeso ou seja todos encontram nele uma vantagem, sendo assim mais fácil construir uma dinâmica de parceria. Não obstante, uma coisa é a instância decisiva e outra a executiva. Não devem ser misturadas e nem todos os actores devem ter assento em ambas.

Qual tem sido o contributo das parcerias para o estabelecimento de práticas inovadoras, flexíveis e para o fortalecimento da autonomia das associações de desenvolvimento local?

Em Portugal, as associações de desenvolvimento local e o programa Redes Sociais parecem-me boas provas de ensaio para a fundamentação das vantagens das parcerias. Podem ser fonte de inovação e autonomia mas também de dependência e reprodução. A independência jurídica e institucional, a diversidade de fontes de financiamento, o compromisso reticente dos responsáveis políticos, o tipo de trabalho dos peritos e o grau real de autonomia das organizações e a sua legitimidade e democracia interna são, entre outras coisas, algumas das condições para o estabelecimento de práticas emancipadoras. A inovação no campo social é muito difícil de atingir. Acontece no tempo, em relação ao passado, no espaço, em relação a outros espaços, e nas metodologias, através da recolha e análise de dados. Tenho vindo a acompanhar na medida do possível, experiências e estudos portugueses (Alcides Monteiro, Rogério Roque Amaro, José Manuel Henriques, Fernanda Rodrigues, Paulo Texeira, Antonio Batista, Pedro Hespanha, Isabel Guerra, Alberto Melo), assim como o trabalho das redes ANIMAR e REAPN. O balanço experimental é nitidamente positivo, embora apresente zonas de sombra, como não podia deixar de ser. Permito-me relevar, fraternalmente, alguns dos obstáculos que impedem a inovação: a verticalidade e a centralização da política social, a dependência financeira e institucional do sector público, a reprodução de modelos e modalidades, a precariedade contratual dos profissionais, o peso das gerações mais velhas e o pragmatismo das novas, o medo de rupturas e as suas consequências, a repetição acrítica de práticas profissionais tradicionais. Seria muito interessante desenvolver uma avaliação rigorosa do enorme potencial experimental que Portugal tem neste campo da parceria e do desenvolvimento local e poder, assim, analisar os pontos fortes e os pontos fracos.

Em termos de funcionalidade, as parcerias são, hoje em dia, ainda demasiadamente tributárias da personalização dos seus membros. Será este um sinal de alguma fragilidade organizativa ou, antes, de alguma falta de democraticidade interna das organizações podendo ser, assim, um grão de areia na engrenagem?

Os dois problemas levantados parecem-me pertinentes, embora sejam comuns a todos os países. A democracia conquista-se cada dia e, logicamente, há que ter em conta o peso de cada personalidade presente. Mas este é um desafio das parcerias que deverão provar que são capazes de garantir as condições para superar ambas as dificuldades.

“Portugal tem uma dívida histórica para com os seus territórios rurais, desertificados e prejudicados pelo tipo de desenvolvimento implementado”

Como pode uma parceria ser geradora de autonomia e “empowerment”?

Regra geral, as parcerias são geradoras de autonomia, quando têm equilíbrios variáveis, ou seja, quando conseguem crescer sem ficar nas mãos de ninguém e permitem que, através delas, pessoas, grupos, públicos-alvo e/ou territórios se identifiquem, desenvolvam, se singularizem, se organizem, se questionem e intervenham de forma autónoma. A autonomia tem altos e baixos e diferentes níveis de intensidade. O *empowerment* não é sinónimo de autonomia, prende-se mais com poder. É quase sempre fruto de um confronto de forças. Raramente os detentores do poder abrem mão dele. A parceria, uma vez mais, pode servir para encobrir, ocultar, revelar, identificar, combater, reproduzir sistemas de poder. Cabe pensar que quase todos possuem um pouco de poder. O problema é saber usá-lo e para que fins. A parceria permite abrir resquícios, janelas, margens para que o poder seja mais partilhado. A abertura é possível, mas com a condição que tenha reunido um consenso. Caso não exista margem de manobra, poderão surgir mecanismos formais de *empowerment*, apreciados pelos países do Norte da Europa (quotas, presidenciais, regulamentos intermináveis).

O trabalho em parceria tem sido um factor importante para a melhoria das políticas públicas pois tem contribuído para que as acções locais ganhem maior coerência, legitimidade e representatividade local. Como avalia, em traços globais, o impacte deste trabalho para a criação de maiores sinergias no desenvolvimento local em Portugal e, em particular para os territórios rurais?

Apesar de acompanhar a realidade portuguesa não posso ir muito para além destes comentários. Com a chamada nova geração de políticas sociais públicas em Portugal houve um grande esforço para se alcançar coerência, legitimidade e representatividade local acrescidas. Mas à luz de alguns textos portugueses e observação de algumas experiências constato que ainda há muito por fazer. Exemplos: 1) falta um programa nacional de fortalecimento do desenvolvimento local, pois por ora, existem esforços voluntariosos e experiências meritórias; 2) o papel das autarquias é só excepcionalmente impulsionador e promotor, ficando-se assim à espera do “maná do céu” de Lisboa, 3) raramente se atinge a integralidade das acções e a coordenação vertical e horizontal do sector público, 4) o mundo empresarial e sindical participam pouco nas parcerias locais. Portugal tem uma dívida histórica para com os seus territórios rurais, desertificados e prejudicados pelo tipo de desenvolvimento implementado. Acontece o mesmo em grande parte dos países europeus. Não se vive de dívidas, daí serem mais meritórios os esforços feitos para revitalizar estes territórios. É necessário planear uma nova organização e hierarquização territorial, que promova os recursos endógenos e os equipamentos colectivos, reforce as organizações locais, a economia social e solidária, o património natural e cultural, as pessoas e as comunidades em situação de exclusão no mundo rural. Nesta perspectiva, a responsabilidade das políticas públicas é indiscutível.

A selecção de boas práticas tem sido uma forma eficaz de seleccionar e difundir informação. Conhece alguns exemplos de boas práticas no âmbito das parcerias e sinergias que queira salientar como casos de sucesso?

A lista é demasiado longa. Vejam-se os casos dos Local Partnerships, na Irlanda; as Agências de desenvolvimento local, na Valónia; o Fundo flamengo para a integração, na Bélgica; os Planos de Zona, em Itália; os Projectos sociais de território, em França; e uma multitude de experiências que pontuam a geografia europeia, como por exemplo no Norte de Espanha e nas zonas mais rurais dos países escandinavos. Num trabalho recente para a OIT



“Seria muito interessante desenvolver uma avaliação rigorosa do enorme potencial experimental que Portugal tem neste campo da parceria e do desenvolvimento local e poder, assim, analisar as suas forças e fragilidades”

(Organização Internacional do Trabalho) sobre protecção social e desenvolvimento local descrevo as “Boas Práticas” do Vall d’en Bas na Catalunha como exemplo de economia social e desenvolvimento local num vale rural da Catalunha, os Planos de Zona do nordeste italiano e a criação e implementação da Rede social de Famalicão no contexto urbano português.

As parcerias estabelecidas no âmbito do programa LEADER durante 15 anos influenciaram a implementação de um eixo específico sobre a abordagem LEADER com vista ao mainstreaming. Como encara este progresso no papel das associações de desenvolvimento local?

Toda a gente fala do *mainstreaming*, mas poucos são aqueles que o praticam. É uma palavra um pouco mágica, à qual são atribuídas só as virtudes e nenhum defeito. De facto, não é fácil implementar processos de integração dos resultados das experiências locais nas políticas sociais mais abrangentes. Em primeiro lugar, há que saber retirar destas experiências ensinamentos substantivos e não curiosidades secundárias. Senão corre-se o risco de transferir o superficial. Nem todas as experiências podem ser transferidas ou pura e simplesmente replicadas, independentemente, das realidades diversas. Assim, deve-se ser o mais explícito possível, distinguindo os aspectos gerais dos mais particulares, próprios a factores específicos “locais”. Em terceiro lugar, há que saber e querer ouvir, ou seja, as políticas sociais mais abrangentes devem estar numa fase de questionamento, em busca de outras aprendizagens. As parcerias transnacionais, quando reúnem estas condições, podem ser um bom canal de comunicação e difusão. Graças ao programa LEADER, as associações de desenvolvimento local têm a oportunidade de passar à prática para numa fase seguinte extrair lições estratégicas na condição que tenham adquirido um conhecimento prévio de fora de Portugal como meio de comparação, contraste e diálogo. Desta forma, contribui-se, parcialmente, para a construção de uma Europa diferente.

Que recomendações faz aos actores locais em zonas rurais que tentam, através das parcerias, criar sinergias e potenciar o desenvolvimento económico e social local?

Depois de tudo o que foi dito, é-me impossível fazer recomendações. Os actores locais que continuem a desenvolver esse trabalho e, caso consigam obter resultados animadores, deverão divulgá-los.

Entrevista elaborada por **Maria do Rosário Serafim**
e respondida por escrito por **Jordi Estivill**

Estabelecer Parcerias

Uma frase batida, ou a via do futuro?



Estação de Aregos (Baião) / João Lima

Felizmente, vai havendo cada vez mais consenso sobre o que parecia uma evidência teórica, quase um lugar comum, mas tão pouco levado à prática, ou mesmo objecto de resistências enraizadas num individualismo atávico, quando se fala de desenvolvimento local: o papel incontornável das parcerias efectivas e concertadas no âmbito de uma visão estratégica de conjunto.

Nunca o tão repetido lema dos anos 70, “pensar globalmente, agir localmente” foi tão actual na necessidade e urgência de o levar para o campo da acção.

Palavras-chave, como “planeamento integrado”, “parcerias”, “cooperação”, “sinergias”, constituem boa parte da resposta aos problemas e desafios que enfrentam as terras do interior, onde a “ruralidade” pode e deve deixar de ser um sinal de atraso e dificuldade para se transformar num dos potenciais da pós-modernidade.

Passando à realidade concreta, é óbvio que temos de partir sempre da inventariação dos recursos naturais, culturais (no sentido mais abrangente do termo) e humanos existentes numa determinada região. Mas criar uma dinâmica de atracção significa muito mais do que isso.

Assim, a sub-região que se convencionou baptizar com a expressão feliz de “Douro Verde” é rica e multifacetada na oferta de produtos que lhe conferem identidade; seja, desde logo, a paisagem única a reunir o Douro, o Tâmega e os vales “poderosamente cavados” que descem do Marão, do Montemuro e dos seus contrafortes; sejam os seus produtos artesanais, gastronómicos e agrícolas, com esse precioso e único vinho “avesso” que “entra mais na alma do que qualquer poema ou livro santo”; sejam as inúmeras referências históricas, desde a primeira grande revolução do

mundo na mudança para o neolítico, aos tempos romanos e medievais, com os seus conventos e casas solarengas; sejam os locais que inspiraram algumas das mais belas páginas literárias de nomes como Eça, Camilo, Pascoaes, Augustina, António Mota, Vila-Moura e outros.

A visão estreita e compartimentada de cada uma dessas preciosidades, como partes isoladas de um tesouro comum, tem de dar lugar a uma rede articulada, embora flexível, de propostas exequíveis e atraentes, que só os agentes com responsabilidades de intervenção pública de mãos dadas com a iniciativa privada podem tecer.

Por outras palavras, há dois níveis diferentes, mas complementares, sem os quais não é possível falar de estratégia integrada: organizar planos e implementar projectos articulados para os recursos existentes e delinear acções de cooperação efectiva entre as instituições e pessoas, ultrapassando o espírito de “capelinha”. E um ou outro caso de mérito e sucesso particular, individual, apenas constitui excepção a confirmar a regra.

O estabelecimento de “roteiros” entendidos no plano imediato do espaço (natureza, sítios, monumentos, produtos locais – vinhos, artesanato) ou calendarizados no tempo (festivals dos mais diversos géneros), subordinados naturalmente às exigências de qualidade, constitui um exemplo onde a experiência das parcerias mostra que a acção conjugada é condição indispensável de êxito garantido.

O caso específico dos vinhos é paradigmático e configura uma situação muito específica, com esse denominador comum da já citada casta “avesso” e as características que lhe conferem um estatuto único e que tem vindo a ser descoberto pelo público, para além da designação genérica dos vinhos verdes, mas enfrentando a já densa floresta de multiplicidade de rótulos correspondentes a outras tantas múltiplas produções de pequena dimensão. Os esforços ainda incipientes de algumas entidades como as autarquias, a Dolmen - Cooperativa de Formação, Educação



Centro de Produtos Locais (Baião) / Paula Matos dos Santos

Parcerias primeiro, sinergias depois

e Desenvolvimento do Baixo Tâmega e, sobretudo dos produtores, no sentido de sintonizarem uma via convergente para a divulgação e saída desse produto especial, parecem ir no bom sentido.

Em domínios, só aparentemente mais modestos, como por exemplo, os circuitos pedestres, motivados pela crescente valorização da Natureza, dos valores culturais que lhe podem estar associados e agora, cada vez mais, pelos contributos indiscutíveis à manutenção da saúde física e psíquica, encontramos outras tantas oportunidades em que só a articulação de associações, autarquias, casas de turismo rural e outros agentes divulgadores e organizadores, pode valorizar um recurso que está ali mesmo “à mão de semear” e à espera de que alguém lhes dê a vida que está latente um pouco por todo o lado.

O “Caminho de Jacinto”, percorrido realmente por Eça de Queirós e ficcionalmente pelo seu amigo, protagonista de “A Cidade e as Serras”, entre a Estação de Aregos e a Casa de Tormes, que ultimamente tem sido calcorreado por milhares de visitantes, e agora o troço de “caminho romano”, entre Ancede e Porto Manso (delimitado pelo Convento de Ancede e a Albufeira da Pala e já divulgado na Internet – www.jf-ancede.com), são projectos de sucesso precisamente pela convergência estratégica de esforços de entidades tão variadas como a Dolmen e o programa LEADER, a Câmara Municipal de Baião, a Fundação Eça de Queirós, a Cooperativa Cultural de Baião – Fonte do Mel e as Juntas de Freguesia de Santa Cruz do Douro, Ribadouro e Ancede, para citar apenas algumas.

Em suma, o caminho das parcerias não é fácil nem é uma panaceia milagrosa, mas é o único que vale a pena. Vamos a isso?

Pereira Cardoso

Cooperativa Cultural de Baião – Fonte do Mel



Casa do Lavrador (Baião) / Paula Matos dos Santos

Um território difuso, uma zona cinzenta entre o Douro e o Marão, individualismo acerbadado por uma visão “paroquial” de desenvolvimento, experiências a nível de desenvolvimento local mal sucedidas, marcadas por tendências hegemónicas e centralizadoras... Foi neste contexto que surgiu o projecto “Dolmen”.

Dolmen – Porquê? A Serra da Aboboreira é o traço de união entre os três concelhos do sul do Baixo-Tâmega (que pretendemos rebaptizar de Douro Verde) que compõem o núcleo central da área social da Dolmen. Serra rica em monumentos megalíticos, *ex-libris* do território. Estava encontrada a denominação do projecto de desenvolvimento para este espaço esquecido na poeira do espaço e do tempo.

A Parceria...

O vazio existente a nível de representação institucional do território, conjugado com os condicionalismos referidos, impulsionaram a sociedade civil para a liderança do processo. Legalizada a Dolmen por 10 personalidades oriundas dos concelhos referidos, sob a forma jurídico-económica de cooperativa, por assegurar os princípios mais elementares de democraticidade – cada homem um voto e princípio da “porta-aberta” –, desencadeou-se o longo caminho de constituição e fortalecimento da parceria local, com o poder político local estrategicamente afastado da condução do processo, evitando-se tentações hegemónicas, centralizadoras e “paroquiais”. As associações de agricultores deram o exemplo: Cooperativa Agrícola do Marco, Acribaimar - Associação de Gado de Baião e Marco, Ancra - Associação Nacional de Criadores de Raça Arouquesa... Outros diversificaram a parceria, tornando-se sócios: Escola Profissional de Agricultura, Caixa de Crédito Agrícola, Cooperativa Cultural de Baião, Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro,...

Mas...

Desenvolvimento Local sem a participação do poder autárquico não é viável! Concordamos! Mas, vamos lá polemizar um pouco, apontando outra vertente da problemática: Em certos casos, o papel asfixiante das câmaras municipais no LEADER, poderá ser considerado o “pecado original” deste programa em Portugal!

A Dolmen optou por uma terceira via. Criou um Conselho Geral, órgão onde têm assento todos os sócios colectivos da Dolmen, encontrando-se as câmaras municipais representadas por inerência. A transparência resultante da aprovação em plenário de candidaturas fortaleceu a parceria, dignificando o programa e entidades nele envolvidas.

As Sinergias e a Rede Local de Parcerias

Desde o formalismo das parcerias no âmbito das Redes Sociais, assembleias de escolas, Conselhos Municipais do Ambiente e outras, onde a Dolmen colabora como parceiro local activo, dadas as suas propostas em favor do desenvolvimento sustentável do território, até às parcerias informais que tudo resolvem com um simples telefonema, possibilitando uma resposta eficaz, à nossa bem portuguesa falta de capacidade de planeamento atempado de acções. Todo este trabalho em rede é gerador de sinergias impossíveis de quantificar, mas cujo somatório supera largamente o valor das respectivas parcelas.

A visão integrada e integradora que possuem as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) sobre o desenvolvimento sustentável dos respectivos territórios poderá (deverá) ser o principal factor de dinamização social, cultural e económico de todo um território, assente em parcerias formais e informais, dada a ausência de um poder supra-municipal legitimado pelo voto popular – para quando a regionalização prevista na Constituição da República Portuguesa? – que apresente propostas de resolução dos estrangulamentos que sufocam as potencialidades existentes no nosso Mundo Rural Vivo. Até quando?

Rolando António França Pimenta
Coordenador da Equipa Técnica da Dolmen
Sócio Fundador n.º 1

Parcerias nos Açores

Na década de 90, começa a despertar nos Açores uma preocupação com as questões do desenvolvimento rural. Havia uma série de investimentos que importava serem realizados, contudo os mesmos não se enquadravam nos sistemas de incentivos então em vigor na Região.

É com o objectivo de preencher esta lacuna que alguns indivíduos se juntam, constituindo Associações de Desenvolvimento Local (ADL) capazes de se candidatarem a um Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) – LEADER – de alcance abrangente (cultura, património, economia, ambiente, artes e ofícios tradicionais).

As ADL dos Açores surgem na base de uma parceria local, envolvendo particulares e entidades locais. A representatividade desta parceria estaria assegurada graças à pluralidade que caracterizou a mesma (autarquias, associações, câmaras do comércio, instituições de ensino), em que muitos dos parceiros locais constituem já em si uma parceria enquanto representantes de pessoas/sectores.

Dá-se início a uma profícua gestão do PIC LEADER (QCA II e QCA III), hoje comprovada pelos inúmeros projectos apoiados financeiramente nas seguintes áreas: artesanato, promoção dos produtos locais, preservação e sensibilização ambiental, recuperação de património arquitectónico e cultural, alojamento e animação turística.

Em prol de um projecto de desenvolvimento integrado e sustentável é imprescindível a conjugação de esforços e sinergias.

A gestão do PIC LEADER tem possibilitado às ADL dos Açores o estabelecimento de parcerias que envolvem, para além dos próprios associados, demais entidades (ADL gestoras do LEADER, secretarias e direcções regionais, o Centro Regional de Apoio ao Artesanato, associações, universidades), as quais representam um contributo importante na articulação e complementaridade entre programas e iniciativas comunitárias, nacionais e regionais.

O carácter transversal, inovador e complementar do LEADER permite apoiar projectos de natureza diversa. É disso exemplo os apoios à economia solidária, resultado da soma dos esforços entre esta Iniciativa Comunitária e o Programa de Luta Contra a Pobreza. Neste caso, promoveu a formação, valorização e inserção de mulheres, em risco de exclusão social no mercado de trabalho.

O turismo rural é igualmente uma das vertentes do desenvolvimento das zonas rurais que tem beneficiado da acção integrada do LEADER com o SIDET (Sistema de Incentivo para o Desenvolvimento do Turismo), e que tem gerado e modernizado as várias unidades de turismo rural.

Os jovens são também um público-alvo privilegiado no âmbito do programa LEADER, sendo diversas as iniciativas direccionadas para esta faixa etária da população, financiadas ao abrigo desta iniciativa, nomeadamente o apoio a clubes náuticos, criação de ATL (Actividades de Tempos Livres), campos de férias, parques infantis e ludotecas.

As parcerias traduzem-se em sinergias, representando uma mais-valia que não seria possível através da acção individual de cada um dos parceiros.

São disso exemplo os planos de desenvolvimento local cuja estratégia assenta num trabalho conjunto entre todos os parceiros e projectos de cooperação que têm vindo a ser desenvolvidos. É de salientar a conjugação de esforços para os Açores participarem em feiras de promoção da região, aquém e além fronteiras, por sua vez extensível a eventos regionais e, mais recentemente, a concretização de um espaço de valorização, promoção e comercialização de produtos e especialidades típicas locais.

Trabalhar em parceria a nível regional com o objectivo de valorizar, melhorar e promover o meio rural da Região foi e é uma das nossas prioridades. Trabalhamos em parceria com os nossos associados e as entidades das nossas zonas de intervenção e da Região, na procura de mais-valias.

No futuro, as associações pretendem criar ainda mais condições que permitam o alargamento das parcerias locais que funcionarão como instrumento de união e coesão social, conscientes de que a interligação entre os Grupos de Acção e os parceiros locais é condição para o desenvolvimento do território.

Carmen Toste
Coordenadora da Grater

“Dia rural, um dia excepcional”

Descobrir a natureza, provar os sabores da gastronomia açoriana, relembrar os costumes e trajes regionais ou escutar os sons dos Açores foram algumas das actividades organizadas no “Dia rural, um dia excepcional”. A iniciativa, que decorreu no dia 17 de Setembro de 2006, é uma das acções previstas no âmbito do projecto “Reflectir Açores” – Vector 3 LEADER+: uma parceria-piloto entre as quatro entidades gestoras do programa LEADER+ nos Açores – Adeliçor, Arde, Asdepr e Grater – que pretende aumentar a informação e a troca de experiências e boas práticas, proporcionando a participação e reflexão conjunta. Um bom exemplo de uma parceria que cria sinergia.



João Limão



Rio Douro (confluência Baião, Cinfães e Marco de Canaveses) / Dolmen

Douro Verde. Verde da paisagem e da frescura do vinho. Apresenta-se assim o território de intervenção da Dolmen. Entrelaçados entre o Douro e o Tâmega, o Marão e a Aboboreira, os concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Cinfães, Penafiel e Resende são detentores de belezas paisagísticas e arquitectónicas ímpares, valores patrimoniais genuínos, saberes e sabores inigualáveis...

Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Cinfães, Penafiel e Resende constituem o Douro Verde – território de intervenção da Dolmen - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega. Situado a cerca de 50 km da área metropolitana do Porto, enquadrado entre os rios Douro e Tâmega, o território fica limitado a Norte e a Nordeste pela Serra do Marão, que tem o seu prolongamento para o centro, na Serra da Aboboreira, ponto de confluência dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, pertencentes ao distrito do Porto, tal como Penafiel. Cinfães e Resende pertencem ao de Viseu. Uns e outros inscrevem-se na NUT III Tâmega.

Excluindo núcleos populacionais com 15.000 ou mais habitantes, o território de intervenção da Dolmen abrange 23 freguesias do concelho de Amarante, 20 do de Baião, 16 do de Marco de Canaveses, nove do de Penafiel, sete do de Cinfães e três do de Resende. Integram exclusivamente a Zona de Intervenção (ZI) da Dolmen, no âmbito do programa LEADER+, Amarante, Marco de Canaveses e Baião, sendo que apenas este último o faz na totalidade das suas freguesias. Os restantes concelhos fazem parte simultaneamente da ZI de outras entidades gestoras do Programa: Ader-Sousa (Penafiel), Adrimag (Cinfães) e Beira Douro (Cinfães e Resende).

A exclusão das freguesias urbanas do território de intervenção foi uma decisão logo à partida, tendo em vista os objectivos da cooperativa, subli-

nha o coordenador da equipa técnica do Grupo de Acção Local (GAL) da Dolmen, Rolando Pimenta.

No LEADER+, a ZI da Dolmen cresceu, passando a incluir as freguesias ribeirinhas ao Douro dos concelhos de Cinfães e Resende, com profundas afinidades económicas e culturais com a margem direita do Douro. Desta forma, a Dolmen viu também reforçada a imagem do território historicamente associada ao Douro. Uma imagem que a cooperativa quer ver ainda mais fortalecida no futuro, tendo por isso apostado recentemente na “marca” Douro Verde. “Uma imagem muito mais forte em termos institucionais, aceite por todos os municípios com grande entusiasmo”, refere Rolando Pimenta. Douro Verde, verde da paisagem e da frescura do vinho – um dos produtos mais emblemáticos do território –, produzido na Sub-região de Baião, de onde saem os melhores verdes brancos da Região Demarcada dos Vinhos Verdes.

Amarante é o mais extenso dos concelhos do território de intervenção da Dolmen (e do distrito do Porto), com cerca de 300 km², onde residem 59.638 habitantes, segundo os Censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística (INE). Marco de Canaveses é, no entanto, o mais populoso, registando uma densidade populacional de 259,6 hab./km², a que correspondem 52.419 indivíduos, segundo a mesma fonte. Baião é o mais pequeno dos três, quer em área geográfica (174,5 km²), quer em número de habitantes (22.355 indivíduos).

À excepção de Baião, que apresenta uma variação de população residente entre 1991 e 2001 negativa (-0,4%), Amarante e Marco de Canaveses viram aumentar a sua população naquele período, 6,3% e 8,9%, respectivamente. Ainda assim, a variação da população residente entre 1991 e 2001 é negativa nos três concelhos nos escalões etários “0 a 14 anos” e “14 a 25 anos” e, inversamente, positiva no grupo “65 ou mais anos”.

Em termos sócio-económicos, Amarante e Marco de Canaveses servem de pólo de atracção ao investimento e fixação da população, enquanto Baião acusa alguma debilidade económica. Os dados globais concelhios confirmam a importância do sector primário no concelho de Baião, assente fortemente na agricultura (sobretudo viticultura) e pecuária, e o crescente peso dos sectores secundário e terciário nos concelhos de Amarante e Marco de Canaveses. No sector secundário, as actividades mais relevantes são a indústria extractiva (granito) em Marco de Canaveses, a construção

civil em Amarante e a indústria transformadora em ambos, através dos têxteis, vestuário, mobiliário e produções agrícola, pecuária e florestal. O sector terciário concentra-se nas sedes dos concelhos, onde predominam os estabelecimentos de serviços e o comércio a retalho. A actividade turística ganha cada vez maior expressão no conjunto dos concelhos, devido à crescente oferta de alojamento, sobretudo nas modalidades de turismo em espaço rural e turismo de habitação, e de outros equipamentos específicos, tirando partido dos recursos naturais da região, juntamente com o património cultural, artesanato e gastronomia.

Serras e rios garantem potencial turístico da região

Entre as potencialidades naturais da região, os recursos hídricos revelam-se de grande importância estratégica para este território. Para além do Douro, o conjunto dos concelhos exibe uma rede hidrográfica significativa, constituída por numerosos rios e ribeiras. Amarante, por exemplo, é cortado por sete linhas de água: Tâmega, afluente do Douro; Santa Eulália, Olo, Odres e Ovelha, afluentes do Tâmega, e Marão e Fornelo/Carneiro, afluentes do Ovelha. Em Baião, os cursos de água de maior expressão são o Ovil, Zêzere e Teixeira. Banhado simultaneamente pelo Douro e Tâmega, Marco de Canaveses dispõe de um potencial hídrico inigualável, reforçado pela existência das barragens do Carrapatelo no Douro e do Torrão no Tâmega. Em termos agro-florestais, as serras do Marão e da Aboboreira garantem a diversidade de ecossistemas da região e confirmam a sua riqueza paisagística. Outrora uma barreira difícil de transpor, hoje rasgada pelo IP4 (Itinerário Principal n.º 4), a Serra do Marão atesta a vocação florestal dos concelhos de Amarante e Baião. Após os incêndios do Verão de 1985, as grandes manchas de pinheiro bravo deram lugar a milhões de novas árvores (a maioria folhosas, como o carvalho e o castanheiro), visando dar à serra a possibilidade de criar as suas próprias defesas, prevenindo a propagação dos incêndios. Procurando igualmente repor o equilíbrio ecológico da serra, recriando habitats e restabelecendo as tradicionais cadeias alimentares, os projectos de reflorestação contemplaram também o plantio de outras espécies, como o medronheiro, zimbro e azevinho. Nos contrafortes ocidentais do Marão, a norte do rio Douro, fica a Serra da Aboboreira. Estendendo-se por longos planaltos, a Aboboreira sempre favoreceu a ocupação do seu território, ao contrário da Serra do Marão, constituída na sua maioria por baldios. Com uma área total de 119 km², distribuídos pelos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, a Aboboreira alberga duas importantes actividades (base das economias locais): a agricultura e a pastorícia. Quanto ao tipo de espécies florestais, a Aboboreira é essencialmente composta por povoamentos puros de pinheiro bravo e eucalipto e pequenos povoamentos de carvalho. Com uma fauna silvestre abundante e diversificada, a caça surge como um complemento às formas tradicionais de exploração da terra, agricultura, pecuária e silvicultura. Uma actividade que vem também enriquecer a oferta turística da região indissociavelmente ligada à Natureza. Caça,

Zona de Intervenção LEADER+



pesca, canoagem, montanhismo, parapente, pedestrianismo, entre outras modalidades, evidenciam o potencial paisagístico da região, que também goza de património cultural digno de referência. Para além de um conjunto notável de edifícios e monumentos de cariz religioso (mosteiros, conventos e igrejas), o território detém significativo património arqueológico, sobressaindo em Amarante a Anta da Aboboreira e inúmeros castros espalhados por todo o concelho. Em Baião, o principal pólo arqueológico é o Campo Arqueológico da Aboboreira, cujo ex-libris é o Dólmen de Chã de Parada (Monumento Nacional), na freguesia de Ovil. Marco de Canaveses tem na Estação Arqueológica do Freixo o seu expoente máximo em matéria de património arqueológico. No capítulo das artes e ofícios tradicionais, o destaque recai nos bordados de Telões, o barro negro de Gondar e os cestos de S. Simão (Amarante); as bengalas de Gestação, as cestas de Frende e os mosaicos em mármore e granito (Baião); os chapéus de palha de Vila Boa de Quires, a tanoaria de Tuías, as bonecas de folhelho de Freixo e a cantaria de Alpendorada (Marco de Canaveses). A gastronomia local pontua pela diversidade de carnes, incluindo fumeiro tradicional. A posta de vitela arouquesa (raça autóctone) constitui uma especialidade de peso, mas o anho assado com arroz no forno é o prato obrigatório em dias de festa em Baião e Marco de Canaveses. Iguarias a acompanhar com a tradicional broa de milho do Freixo e o vinho verde da região, especialmente o branco, proveniente da casta Avesso. Entre as sobremesas, são particularmente famosos os biscoitos de Teixeira e os doces conventuais de Amarante. O Centro de Promoção de Artesanato do Cavallinho, em Amarante, e o Centro de Produtos Locais, em Baião, promovidos e geridos pela Dolmen, albergam a imensidão de todos estes saberes e sabores que a região brinda quem a visita.

Paula Matos dos Santos



Painéis "Força do Mel" (Estação de Aragos, Baião) / Paula Matos dos Santos



Centro de Produtos Locais (Baião) / Paula Matos dos Santos

Dolmen

Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega



Constituída em 1993, a Dolmen teve na génese o activismo de algumas pessoas da região, entre os quais o actual coordenador do Grupo de Acção Local (GAL), Rolando Pimenta. Algum tempo antes, tomara conhecimento do programa de iniciativa comunitária LEADER, e a adequação deste ao território, bem como a inexistência de uma estrutura que promovesse acções de desenvolvimento local na região, levaram-no a enveredar esforços no sentido de implementar uma estrutura que o fizesse.

A reticência inicial dos municípios da região endereçou essa possibilidade à sociedade civil, e Rolando Pimenta não hesitou. Fazendo uso da sua experiência de “ligação ao mundo associativo”, avança para a constituição da Dolmen, a partir de um conjunto de 10 associados individuais. Decidiu-se adoptar a estrutura de cooperativa sem fins lucrativos.

A cooperativa teve uma receptividade imediata, com uma “expansão muito grande no início”, através da adesão de entidades colectivas numa segunda fase. A única preocupação foi evitar a concentração das estruturas de decisão. “A estrutura da Dolmen assentou sempre nos corpos sociais de elementos de todo o território, sobretudo a nível de Direcção e outros corpos sociais, envolvendo um elemento de cada concelho da área social”.

O programa LEADER II constituiu o ponto de partida da intervenção da associação, que cedo enveredou por intervir utilizando outros instrumentos. A formação profissional foi das primeiras áreas de actuação, através do sub-programa 3 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN), com o um curso de “Empregados de Mesa e Bar”, em Baião. A Dolmen foi uma das primeiras entidades candidatas ao Inofo, e está acreditada pelo IQF - Instituto para a Qualidade na Formação, sempre com preocupação de desenvolver actividade formativa, respondendo às necessidades identificadas de forma “descentralizada”. De acordo com Rolando Pimenta, a “nossa tendência é ocupar os espaços vazios”.

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* Telmo Medeiros Pinto | *Vogal* Dulce da Conceição Ferreira Ramos | *Vogal* Carlos Alberto Machado da Silva Macedo | **Direcção:** *Presidente* Rolando António França Pimenta | *Secretário* Jorge Manuel de Sousa Costa | *Tesoureiro* Joaquim Pinto Pereira Henrique | **Conselho fiscal:** *Presidente* Daniel António da Silva Guedes | *Vogal* Pedro Miguel Queirós Barbosa Costa e Silva | *Vogal* António Bastos Teixeira

Associados

Públicos: Câmara Municipal de Baião, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses, Junta de Freguesia de Gondar, Abomarão - Ass. Freguesias da Aboboreira e Marão | **Privados:** Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baião, ADREP - Associação de Desenvolvimento Regional de Penafiel, Gabinete de Contabilidade Guedes, Lda, Associação Cultural e Recreativa de Stª Cruz do Douro, Casa do Povo de Vila Boa do Bispo, Associação Empresarial de Baião, Cooperativa Agrícola de Baião, Preceptor - Serviços Educativos e Consultadoria, Lda, COOPERMARCO - Cooperativa Agrícola de Marco de Canaveses, ACRIBAIMAR - Associação de Criadores de Gado de Baião/Marco, ANCRA - Associação Nacional de Criadores de Raça Arouquesa, Cooperativa Cultural de Baião Fonte de Mel, Grupo de Apoio ao Desenvolvimento de Teixeira, 27 pessoas em nome individual

Parceria do GAL

Câmara Municipal de Amarante, Câmara Municipal de Baião, Câmara Municipal de Cinfães, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Câmara Municipal de Penafiel, Câmara Municipal de Resende, Junta de Freguesia de Gondar, COOPERMARCO - Cooperativa Agrícola de Marco de Canaveses, ACRIBAIMAR, ANCRA - Associação Nacional de Criadores de Raça Arouquesa, Grupo de Apoio ao Desenvolvimento de Teixeira, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses, ADREP - Associação de Desenvolvimento Regional de Penafiel, Caixa de Crédito Agrícola de Baião, Associação Dinamizadora Cultural e Ambiental do Penedo d'Hera, Gabinete de Contabilidade Guedes, Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro, Casa do Povo de Vila Boa do Bispo, Preceptor - Serviços Educativos, Cooperativa Cultural de Baião Fonte de Mel, Associação Comercial e Industrial de Baião, Abomarão - Associação de Freguesias das Serras da Aboboreira e Marão, Dolmen

A dinâmica educativa prossegue com acções desenvolvidas no âmbito do POEFDS - Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social, e com a educação e formação de adultos, inicialmente “através do Projecto Emprego – eixo Integra” e, mais tarde, através dos cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), desenvolvidos em meios rurais dos concelhos de Marco de Canaveses, Amarante e Baião. A experiência formativa acabou por colher frutos com a recepção do prémio do Concurso SABER+, promovido pela ANEFA (Associação Nacional de Educação e Formação de Adultos).

A intervenção da Dolmen surge prolongada noutros quadrantes pelo desenvolvimento de projectos no âmbito dos Centros Rurais (PPDR - Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), e ainda através da medida Agris, com o projecto “Marão Ocidental”, integrado na acção 7.1 – Valorização do Ambiente e do Património Rural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural. Ao fim de 14 anos de vida, a experiência como cooperativa não motiva arrependimento. Rolando Pimenta acredita na vantagem da “abertura à prestação de serviços, quer a nível de consultadoria ou mesmo a privados, desde que não colidam com a gestão de um dos programas que temos em curso e, por outro lado, também a gestão de espaços de promoção e venda de produtos locais”. Este modelo possibilita o apoio ao desenvolvimento sócio-económico da região, nomeadamente através do apoio directo ao artesanato, produtos locais e turismo rural.

No domínio da intervenção desenvolvida ao nível do programa LEADER, a aprovação dos projectos ocorre através de um Conselho Geral, que corresponde à Unidade de Gestão, e que funciona como um plenário composto por todos os sócios colectivos, entre os quais a Dolmen e as câmaras municipais, no qual se procede à avaliação e aprovação de projectos.

Dolmen

Largo Sacadura Cabral, Edifício Asa Douro, Sala 4
4600-219 Marco de Canaveses
Telefone: 255 521 004 | Fax: 255 521 678
E-mail: dolmen@sapo.pt | www.dolmen.co.pt

PDL LEADER+ Valorizar os produtos locais

Sustentado na qualidade dos produtos locais do território, o tema federador do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+ da Dolmen para o território do “Douro Verde” é subordinado ao tema da “Valorização dos produtos locais”.

Uma estratégia que assenta na dinâmica do mundo rural, com alguma capacidade para criação do próprio emprego, e próxima de mercados como o Porto e outras “cidades polarizadoras do território”, como Penafiel, Amarante e Marco de Canaveses.

Uma aposta nos produtos locais que é indissociável da existência e manutenção de população. “Não há economia sem população e um território sem população, acaba por perder a sua matriz cultural”.

Uma intervenção direccionada para trabalhar com a população, apostada em preservar a “identidade de um povo”, valorizando-a, e “assegurando a riqueza da sua diversidade a nível cultural”.

De acordo com o PDL da Dolmen, ao nível dos objectivos gerais, é enunciado que se pretende promover o desenvolvimento sustentável do território, “através da valorização dos seus recursos endógenos, designadamente Produtos Locais, contribuindo para a coesão interna do mesmo e do Entre Douro e Minho”.

Objectivos que se especificam através da valorização dos “saber-fazer locais, qualificando, promovendo e comercializando produtos locais; reforço da capacidade de atracção turística do território,

valorizando e estruturando os valores patrimoniais e diversificação da oferta dos produtos locais; potenciar os valores e saber-fazer e sabores do interflúvio, dinamizando e promovendo actividades com impacto a nível regional e nacional; qualificar e requalificar recursos humanos de estratos jovens, mulheres desempregadas e pequenos agricultores; e afirmação como destino privilegiado de lazer, cultura e consumo de produtos tradicionais de qualidade, nos mercados do Porto, Galiza, Castilla-Leon e Lisboa”.

No domínio da intervenção desenvolvida ao nível do programa LEADER+, a Dolmen dispõe de um Conselho Geral, que funciona como Unidade de Gestão, e procede à avaliação e aprovação de projectos. Confirmando o tema federador do PDL, a área de “Apoio a actividades produtivas” é a principal receptora de candidaturas, com 30 projectos aprovados, sendo seguida de perto pela área de “Outras acções materiais”, com 24 projectos.

De acordo com dados da associação, no âmbito do programa LEADER+, a Dolmen realizou um investimento total de 3.366.126 euros no vector 1, dos quais, 2.390.885 euros são correspondentes a 49 projectos da medida 1, num total de 64 que estão aprovados, e 398.696 euros em 33 projectos da medida 2, entre 40 aprovados. No vector 2, o investimento global aprovado foi de 65.422 euros.

Textos de João Limão

Equipa Técnica do GAL



Rolando Pimenta
Coordenador

Natural de Penafiel, vive no Porto até aos 33 anos. Conclui a licenciatura em Economia, na Faculdade de Economia do Porto, e liga-se ao ensino. O casamento junta a “aspiração [comum] de vivermos no mundo rural” e a pequena propriedade adquirida numa aldeia de Marco de Canaveses torna-se residência. Começa então a trabalhar como independente na área de economia, sendo “solicitado a colaborar em várias associações” como a Cooperativa Agrícola de Marco de Canaveses ou a Associação de Defesa Sanitária de Baião e de Marco. À descoberta do programa LEADER, durante uma formação de promotores de associativismo, e perante a ausência de entidades gestoras do programa na região, decide avançar para a criação da Dolmen, da qual é coordenador e presidente de Direcção.



Pedro Costa e Silva
Técnico Superior

Nascido em Moçambique, vem para Portugal com dois anos, permanecendo em Lamego até à faculdade. Estuda Economia, na Universidade Portucalense, no Porto, quando é apanhado pela mudança familiar para Marco de Canaveses. Soma mais uma pós-graduação em Auditoria, no Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), Porto, além do curso de formação de formadores. Depois do estágio no Porto, entre 1995 e 1997, ingressa na Dolmen e integra a equipa do programa LEADER II na área financeira e análise e acompanhamento de projectos. Foi coordenador do Centro Rural de Ribadouro, além de formador interno. Frequenta uma pós-graduação em Gestão para Agentes de Desenvolvimento.



Elsa Pinheiro
Técnica superior

De Soalhães (Marco de Canaveses), sai em 1996 para cursar Estudos Europeus, na Universidade Moderna - Porto, licenciatura que termina no final de 2000. Mais tarde, junta-lhe o curso de formação de formadores e a pós-graduação em Higiene e Segurança do Trabalho, estando a frequentar outra pós-graduação em Gestão para Agentes de Desenvolvimento Local. Em 2001, inicia um estágio profissional na Dolmen, para trabalhar no encerramento do LEADER II. Depois, permanece ligada à associação como formadora externa. A área formativa acaba por ser a porta de retorno à Dolmen, como formadora e coordenadora da formação. Reconhece o LEADER como um instrumento determinante para a “fixação da população em meio rural”.



Celso Monteiro
Técnico superior

Natural de Baião e residente em Marco de Canaveses, deixou para trás o preconceito de criança que o levava a classificar a sua terra como “muito atrasada”. O bacharelato em Produção Agrícola, na Escola Superior Agrária de Coimbra, mais recentemente completado com a licenciatura em Agro-Pecuária na mesma escola, ajudam-no a ver a região com outros olhos. Dá aulas e formação profissional. Em 1995, ingressa na Dolmen, onde participa na elaboração do Plano de Acção Local. Aqui permanece, “sobretudo ligado ao programa LEADER”, colabora no Centro Rural de Ribadouro e é o técnico responsável pela Central de Reservas bem como pelo site da associação. Frequenta a mesma pós-graduação que os colegas.



Sandra Queirós
Técnica superior

Natural de Vila Nova de Gaia, com dois anos segue a família até ao concelho de Baião, onde ainda reside. Frequenta o curso de Economia e Finanças na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, e, actualmente, completa a formação com a pós-graduação em Gestão para Agentes de Desenvolvimento Local. A experiência profissional, iniciada ainda durante os tempos de escola, leva-a à Cooperativa Agrícola de Baião, Associação Empresarial de Baião e Cavalinho (Centro de Artesanato). Chega à Dolmen no início de 2001 e começa por trabalhar com o programa LEADER. “Uma experiência enriquecedora”, que se prolonga actualmente com o trabalho na Central de Reservas e na “promoção do nosso território”.



Cristina Teixeira
Chefe de serviços administrativos

Natural de Luanda, chega a Portugal com cinco anos, para viver na freguesia de Toutosa (Marco de Canaveses), onde permanece até ao 12º ano. O curso de Secretariado Geral e Assistente de Direcção leva-a para o Porto. Depois, passa nove meses em Luanda em colaboração com a Cruz Vermelha e, no regresso, depara-se com dificuldades de emprego. Trabalha num supermercado, mas aproveita para fazer cursos de Inglês, Contabilidade e Fiscalidade. Em 1997, começa o estágio na Dolmen e fica como Auxiliar de Contabilidade, tendo assumido o cargo de Chefe dos Serviços Administrativos no decorrer do LEADER+. Uma “experiência positiva”, acrescida da gratificação pelo “papel importante” da Dolmen na região.

Um fim-de-semana no Douro Verde

Por entre límpidos rios e sinuosas serras

Partir à descoberta do Douro Verde, é ir ao encontro de lugares de beleza inigualável, que o homem não transformou, e de espaços de magia, ricos em memórias de antigamente e referências culturais obrigatórias, por entre límpidos rios e sinuosas serras.

Comecemos por Baião que tem o privilégio de juntar ao pico mais alto do Marão (1416 m junto à Capela da Senhora da Serra, em Teixeira) uma das mais extensas margens do rio Douro (cerca de 30 km, entre as freguesias de Frende, Santa Marinha do Zêzere, Covelas, Santa Cruz do Douro, Ancede e Ribadouro). Partindo da terra das bonitas cestas de Piorna (Frende), importa visitar a Igreja Paroquial de Santa Marinha do Zêzere, fundada no séc. XI e reedificada no séc. XVIII, para chegar a Santa Cruz do Douro, fazendo uma paragem na estação de Caldas de Aregos onde poderá dar início ao “Caminho de Jacinto”. Um percurso pedestre, inspirado na obra “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz, que termina na Casa de Tormes, assim apelidada pelo escritor naquele romance, e que ali ficava hospedado quando vinha de Paris, hoje sede da Fundação Eça de Queiroz, que, através de iniciativas como os percursos queirosianos ou as visitas guiadas à Casa de Tormes, procura divulgar e promover a obra de Eça. Seguindo o Douro, continue até chegar ao Mosteiro de Ancede, fundado no séc. XII, para depois entrar na freguesia de Ribadouro, famosa pelos seus laranjais e pela albufeira de Pala. Quem viaja em busca de valores arqueológicos, é obrigatório incluir no roteiro a freguesia de Ovil, onde está situado o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, cujo ex-libris é o Dólmen de Chã de Parada (Monumento Nacional). Para desgostar do que de melhor Baião tem para oferecer em termos gastronómicos, o melhor é contactar a Casa do Lavrador, em Santa Cruz do Douro, onde é possível provar a famosa iguaria local – anho assado com arroz de forno –, acompanhada da tradicional broa de milho, e o não menos famoso vinho verde da casta Avesso, junto à lareira, num ambiente que permite recuar décadas no tempo. Para dormir, Baião detém inúmeras casas de turismo rural, escondidas em aldeias onde a ruralidade é um bem preservado, como a Casa da Cochêca, em Mesquinhata, ou a Casa da Torre, na aldeia de Porto Manso, uma das mais típicas do concelho. Entre o Douro e o Tâmega, onde começa o Marão, situa-se Marco de Canaveses. Uma excelente localização que permite desfrutar de paisagens naturais magníficas, praias fluviais, monumentos e outros vestígios do passado. De visita obrigatória afigura-se a Área Arqueológica do Freixo, cujas escavações

realizadas até à data permitem afirmar que surgiu uma urbe nesta área entre os séculos I e II d. C. – o povoado romano de Tongobriga –, e onde está sediada a Escola Profissional de Arqueologia. Pretendendo-se seguir viagem no dia seguinte, a tentação de pernoitar no Convento de Alpendurada é enorme. O antigo mosteiro beneditino do séc. XI que, após 20 anos de trabalhos e restauro e adaptação, surge como um requintado hotel debruçado sobre o Douro, envolto em mais de mil anos de História. Atravessado pelo rio Tâmega, Amarante atrai não só pela paisagem, que convida à prática de actividades ao ar livre, mas também por um notável conjunto de edifícios e monumentos. Partindo do centro histórico da cidade, onde merecem referência a Igreja e o Convento de S. Gonçalo (onde está instalado o Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso), o destaque vai para o Mosteiro de Travanca, fundado no séc. X. Em busca do que mais de genuíno o concelho tem para oferecer em termos de artesanato, importa visitar Gondar, pela sua olaria do barro negro, e Telões, cujos bordados também são famosos. Continuando à descoberta do Douro Verde, do outro lado do Douro, Cinfães. Município que tem nos rios – Douro, Bestança, Paiva, Cabrum e Ardena – e na Serra de Montemuro, motivos de visita demorada. O concelho dispõe de vários miradouros que proporcionam vistas panorâmicas inigualáveis, como o de Teixeira, para a foz do Bestança, ponte de Mosteirô e cais de Porto Antigo. Todavia, o melhor será partir à descoberta do concelho por partes: zona serrana, indo ao encontro de aldeias escondidas em Montemuro, como Gralheira, Vale de Papas e Boassas; vale do Bestança, apostando num demorado passeio pedestre, admirando o rio, os moinhos e o casario; zona ribeirinha do Paiva, com paragens por terras de Moimenta, Fornelos, Travanca e Nespereira, onde se impõe uma paragem na praia fluvial do Ardena; e zona ribeirinha do Douro, seguindo um percurso marginal ao rio, com paragens em Espadanedo, Tarouquela, Santiago de Piães, barragem de Carrapatelo, em S. Cristóvão, até chegar à Estalagem Porto Antigo, local indicado para pernoitar, tonificar o corpo e revigorar a alma.

Paula Matos dos Santos



Casa de Tormes (Baião) / Paula Matos dos Santos



Casa do Lavrador (Baião) / João Limão

para dormir

- Casa da Cochêca
Mesquinhata – Baião
- Casa da Cancela
Parada, Tresouras – Baião
- Casa da Torre
Porto Manso, Ribadouro – Baião
- Casa da Quinta
Folhada – Marco de Canaveses
- Casa do Impossível
Penhalonga – Marco de Canaveses
- Quinta de Ribas
Vila Chão do Marão – Amarante

Informações e Reservas Dolmen - Central de Reservas
Douro-Tâmega Tel. 255 521 004

para comer

- Pensão Borges
Rua de Camões, Campelo – Baião
Tel. 255 541 322
- Moinhos da Lomba
Lugar do Pombo – Amarante
Tel. 255 425 885
- Avô Salvador
Ervin, Ovil – Baião
Tel. 255 542 073
- Casa do Lavrador (por marcação)
Lugar do Martírio, Santa Cruz do Douro – Baião
Tel. 254 885 143

para visitar

- Baião: Casa do Lavrador; Fundação Eça de Queiroz e Caminho de Jacinto (Sta Cruz do Douro); Centro de Promoção de Produtos Locais
Baião: Serra da Aboboreira (monumentos megalíticos); Albufeira do Carrapatelo
- Amarante: Casa do Oleiro; Centro Comercial e Artesanal do Cavalinho
Amarante: Centro Histórico; Serra do Marão; Lugar da Rua (Aboadela); Casa de Pascoaes e Românico
Marco de Canaveses: Tongobriga; Casa de Vila Boa (Obras do Fidalgo); Igreja de Sta Maria (Siza Vieira); Mosteiro de Vila Boa do Bispo; Ponte do Arco; Convento de Alpendurada e Igrejas Românicas
Cinfães: Vale de Bestança e Museu Serpa Pinto
Resende: Caldas de Aregos e Penedo de S. João
Penafiel: Entre-os-Rios

para levar

- Artesanato: bengalas de Gestaço; barro negro de Gondar; chapéus de palha; bonecas de folhelho
Artesanato: cestaria de Piorna; arte sacra; chapéus de palha; cerâmica; miniaturas de alfaia agrícolas em madeira; bordados de Amarante; tapeçaria; latoaria de Boassas e tanoaria
Produtos Locais: broa de milho (mistura com centeio); bolas de carne e bacalhau; sêmea de Moure; fumeiro do Marão; doçaria conventual de Amarante; espumante de vinho verde (Quinta de Beiredos)
Produtos Locais: pão de Padronelo; mel do Marão; biscoitos de milho e trigo; doces do Freixos; cavacas de Resende; biscoito da Teixeira; compotas; vinho (branco, tinto, palhete e regional); cavacas e cerejas de Resende

Das Estratégias Locais de Desenvolvimento e das Parcerias Sociais Locais

As experiências desenvolvidas no Alentejo Sudoeste

As organizações de Desenvolvimento Local (DL), enquanto expressões concretas e dinâmicas da sociedade civil organizada, contribuíram, nas duas últimas décadas, para a construção de territórios inclusivos e sustentáveis, geradores de qualidade de vida. Este contributo tem assumido diversas formas mas sustenta-se em princípios comuns – as pessoas como chave do desenvolvimento sustentável; apostar na iniciativa e no empreendedorismo de homens e mulheres, de empresas e instituições de base local, pressupõe investir tempo e recursos de forma a criar condições para que as mesmas se afirmem.

Quando observamos o caminho perseguido por estas organizações encontramos diferenças em função dos territórios em que intervêm, da génese e dos processos que caracterizaram a sua evolução e da base societária que as compõem. Contudo, quando avaliamos os resultados da sua acção, verificamos que se destacam em termos de alcance e de nível de integração dos mesmos, as que incidem grande parte da sua intervenção na promoção e desenvolvimento de processos de participação, de parceria e de concertação estratégica. O enfoque nas dinâmicas de partilha e de cooperação é cada vez mais uma necessidade para conferir profundidade e amplitude aos processos de desenvolvimento. Esta preocupação reflecte-se a diferentes escalas e em diferentes domínios – fora [fóruns] locais informais, ao nível da freguesia ou da localidade, redes sociais municipais, conselhos de parceria/cooperação, unidades de gestão, conselhos consultivos regionais, entre outros.

Esta tem sido uma das principais preocupações da Esdime - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste durante os seus 18 anos de existência, que se vem aprofundando cada vez mais nos últimos anos. Para este facto contribuíram dois factores fundamentais: o processo fundador participado e partilhado que deu origem à Esdime; a evolução do enquadramento institucional em que se insere a acção da Esdime (autarquias, associações, IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, empresas), mais atento e interventivo nas diversas áreas do DL, conduzindo para uma maior apropriação dos objectivos, dos princípios e da própria acção da Esdime.

Alguns exemplos poderão ser dados para ilustrar esta preocupação constante em avaliar o contexto de participação, que se revelam quer na capacidade de avançar para projectos e intervenções quer no recusar dar passos que se julgaram desadequados da capacidade de resposta em determinados momentos.

Em 1991, dois anos após a fundação da Esdime, com o advento da abordagem LEADER, a organização soube reconhecer que não se reuniam as condições necessárias para responder de forma apropriada aos desafios deste programa de iniciativa comunitária. A dimensão regional da Esdime e o reconhecimento dos actores que interagiam neste território eram ainda insuficientes para dar esse passo.

Em 1994, à porta da segunda fase do programa (LEADER II), e após um processo de concertação estratégica e territorial alargada, a Esdime abraçou essa nova vertente de intervenção, assumindo a liderança desta parceria de gestão e implementação do programa de desenvolvimento rural. Um Conselho de Cooperação de mais de 60 entidades, um Conselho de Gestão que integrou as três entidades associativas – Esdime, Associação Alentejo XXI e Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, foram as estruturas visíveis de uma cooperação que ultrapas-

sou sempre a mera formalidade. Contudo, e porque todos os processos integram uma vertente de aprendizagem, a transição entre o LEADER II e o LEADER+ proporcionou um novo investimento na fórmula de participação e gestão partilhada. Constituiu-se uma Unidade de Gestão com reuniões permanentes mensais, composta por seis entidades distintas para além da Esdime, com um compromisso de rotatividade bienal (o que permitiu, até agora, o envolvimento de 18 entidades em processos de gestão), que souberam e sabem interpretar um papel de gestão total e sem barreiras, assegurando também um contributo técnico para além do decisório, que em muito tem garantido o sucesso do Programa.

A par desta abordagem muitas têm sido as experiências protagonizadas ou participadas pela Esdime que valorizam as dimensões da parceria e da cooperação.

O plano de acção que visa a promoção do desenvolvimento sócio-comunitário (iniciado em 2001) resulta sobretudo da celebração de protocolos de cooperação, colaboração e parceria técnica e institucional, não existindo quaisquer acções previstas que não pressuponham o envolvimento de uma ou mais entidades na sua concepção, execução e avaliação. O próprio Plano de Acção estipula objectivos bem claros ao nível da construção de diagnósticos locais participados (Fórum Local ao nível da freguesia) e ao nível da qualificação das Redes Sociais, enquanto plataformas de planeamento e intervenção de escala municipal.

A respeito das Redes Sociais importa referir que o papel da Esdime, enquanto entidade parceira nos seis concelhos em que participa, procura assumir sobretudo uma vertente facilitadora dos processos e indutora de concertação e inovação, naquilo que julgamos ser a mais-valia que uma entidade como esta poderá oferecer. Mais do que uma visão próxima ou experiente dos problemas sociais em análise, detida na maioria das vezes pelas próprias juntas de freguesia, técnicos/as da Segurança Social ou por IPSS, a organização de DL pode contribuir para uma qualificação dos processos de parceria. Foram já muitas as acções de formação e os encontros temáticos em diversas áreas promovidos para os participantes das várias Redes Sociais em que a Esdime está envolvida, que ilustram este posicionamento.

Poderíamos enunciar mais alguns exemplos desta estratégia e abordagem, contudo, talvez seja importante sublinhar, neste momento, uma atitude e postura que entendemos determinante. Como princípio comum entre estas e outras intervenções em parceria é preciso assumir uma ideia, exposta de forma muito clara e objectiva pelo Prof. Bruto da Costa, na Conferência “Compromisso Cívico para a Inclusão”: o verdadeiro e efectivo combate à exclusão (social, económica ou territorial) só se faz quando partilhamos parte do nosso poder, seja este político, social, económico, ou qualquer outro. Efectivamente, todos nós, as Agências de Desenvolvimento Local incluídas, dispomos de uma qualquer forma de poder, que precisa ser partilhada. Assumida esta atitude, encontramos as condições necessárias para assistir ao funcionamento de parcerias reais, de forma e conteúdo, com impacte na sociedade em que se promovem.

David Marques
Esdime



A Sol do Ave como parceria local

O Vale do Ave é uma região heterogénea do ponto de vista económico e social, distinguindo-se uma zona predominantemente agrícola – o Alto Ave –, com características associadas à desertificação, envelhecimento populacional e baixos rendimentos associados à actividade agrícola, e uma zona – Médio e Baixo Ave –, com fortes tradições no sector industrial, sobretudo nas fileiras do têxtil e vestuário, que absorvem a maior parte da mão-de-obra disponível.

É nesta dicotomia que o Vale do Ave encerra, ao associar o rural e o industrial numa relação histórica de complementaridade, que surge, em 1993, a Sol do Ave - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, como uma ILE (Iniciativa Local de Emprego), tendo sido distinguida com o Prémio à Criação de Emprego, pela Comissão Europeia, no âmbito do Programa ILE Mulheres, por ser considerada um projecto inovador, detentor de significativa importância para o desenvolvimento da região e, principalmente, por ter permitido a criação de novos postos de trabalho, destinados a mulheres, na altura desempregadas e em situação de primeiro emprego.

As diferentes problemáticas e desafios que se colocavam, então, levaram a que um conjunto de instituições representativas da região se reunisse numa parceria, por forma a dar resposta às necessidades do território e contribuir para a promoção do seu desenvolvimento integrado. A Sol do Ave surge, assim, como a corporização da vontade conjunta dos actores locais e uma forma de aproximação ao território e à sua população.

De carácter privado, sem fins lucrativos, integra na sua lista de associados um conjunto de entidades colectivas e privados com áreas de actividade bastante diversas, com intervenções de âmbito local e regional. A metodologia de intervenção processa-se em parceria com as diferentes entidades da região, ao nível dos diferentes sectores, na implementação dos seus projectos, de forma a integrar essas intervenções nas estratégias desenhadas para o território do Ave.

É nesta dualidade que caracteriza a realidade económico-social do Ave, que se apresentam à Sol do Ave diversos domínios e necessidades de intervenção, em função das características, condicionantes e especificidades de cada uma das áreas, encaradas não como estratégias distintas, mas antes como ópticas integradas de um objectivo único, com o propósito de minimizar as carências e maximizar os respectivos recursos.

Neste contexto, a intervenção da Sol do Ave preconiza o desenvolvimento integrado dos concelhos que compõem a NUT III Ave, em áreas estratégicas de intervenção através da articulação estreita entre os diferentes agentes sócio-económicos, mediante a definição de parcerias e trabalho em rede muito concretos, recorrendo aos instrumentos disponíveis, nomeadamente ao nível dos múltiplos programas de aplicação vertical nacional e comunitária.

O trabalho em parceria e o diálogo permanente entre instituições são vectores fundamentais para o sucesso das intervenções, uma vez que permitem uma avaliação contínua da implementação das acções e aferir da concretização e impacto dos objectivos propostos. Adicionalmente, esta postura dinâmica e articulada das diversas políticas e instrumentos permite preencher espaços e criar sinergias que, de outra forma, seriam difíceis de atingir.

Ao longo dos últimos anos, a Sol do Ave tem vindo a assumir, gradualmente, um importante papel nas dinâmicas de desenvolvimento da região, através da concretização de um conjunto diversificado de actividades em diferentes domínios, privilegiando, no entanto, a intervenção ao nível do desenvolvimento rural, desenvolvimento social, da promoção do emprego e formação profissional. Neste sentido, a parceria tem vindo alargar-se integrando-se na Sol do Ave como associados, entidades representativas dos diferentes concelhos e dos vários sectores de actividade.

A Sol do Ave é constituída, actualmente, pela Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), enquanto representante dos municípios que compõem a NUT III Ave. Refira-se que a AMAVE é a única entidade pública representada na parceria, sendo os restantes parceiros entidades privadas. No que toca às entidades que assumem um carácter supra municipal, destacamos a TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento, ARCO - Associação de Consumidores do Vale do Ave e o Studia Forum - Gabinete de Apoio ao desenvolvimento local e regional e ao investimento, que assumem um papel de representação regional.

Nos associados com intervenções de carácter local, destacamos as seguintes entidades: Brancelhe - Cooperativa de Prestação de Serviços Culturais e Turísticos, sediada em Vieira do Minho; Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Vieira do Minho; Vieira Minho Rural - Associação para a Promoção Turística; Casa do Povo de Briteiros, sediada em Guimarães; Adega Cooperativa de Guimarães; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Guimarães; e COFAFE - Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Fafe. De destacar, ainda, um conjunto de associados em nome individual, nomeadamente, o conjunto de técnicas que estiveram na génese da criação da Sol do Ave.

Paralelamente, a Sol do Ave é membro e participante em diversas entidades e fóruns, sendo que está também na génese da criação de outras estruturas, que corporizam a parceria de diversos agentes, em diferentes áreas de actuação. Houve também lugar a que a Sol do Ave promovesse a dinamização do associativismo e do partenariado de âmbito local, patente no conjunto de estruturas que actuam no território em áreas de intervenção específicas e complementares da própria associação e das quais é também entidade parceira.

Mafalda Cabral

Coordenadora da ETL da Sol do Ave



Aldeia de Agra (Vieira do Minho) / INDE

O papel das parcerias locais nos territórios periurbanos

A Adrepes, entidade gestora do LEADER+ na Península de Setúbal, tem tido a preocupação de fomentar parcerias que permitam o aproveitamento de energias e a criação de sinergias, bem como a beneficiação das capacidades e recursos dos actores-chave locais, envolvendo os sectores público, privado, voluntário e organizações comunitárias, na concepção, desenvolvimento e aplicação de soluções perante o surgimento ou incremento de problemáticas associadas ao mundo rural em contexto periurbano.



Nas zonas periurbanas, o mundo rural tem sido engolido pelas cidades em rápida expansão, para dar lugar a espaços desordenados e descaracterizados, sem alma e tradição, que exigem uma forte intervenção e a aplicação de medidas que passam pelas áreas do desenvolvimento rural, ordenamento do território e ambiente.

Neste sentido, é fundamental

que os territórios rurais em contexto periurbano beneficiem de um conjunto de instrumentos de planeamento e gestão territorial que fomentem a promoção de um conjunto de práticas, valorizando os recursos endógenos e tornando mais atractivos novos investimentos para regiões que sofrem elevadas pressões territoriais.

No decorrer deste processo é imprescindível a participação das populações e actores locais, a quem cabe a difícil tarefa de aceitar o desafio da dinamização dos seus territórios, contribuindo para a sua revitalização e criação de novos modos de vida. Assim, às entidades públicas e privadas, agentes económicos e sociedade civil, importa concretizar o mais difícil: articular estratégias, clarificar interesses e posições e optar por um caminho de respeito e consolidação de parcerias.

Surgem neste âmbito as Associações de Desenvolvimento Local como agentes essenciais nos processos de animação das parcerias e redes de cooperação, com competências indispensáveis para a gestão territorial, devido muitas vezes ao desenvolvimento de projectos nacionais e europeus, que têm como princípios e orientações de trabalho a constituição de parcerias.

Através do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ foi possível apostar em novas formas de abordagem territorial que se afirmam numa relação de “autonomia versus responsabilidade” entre o Estado e os actores locais, organizados em parcerias de cooperação.

Com a responsabilidade da gestão do programa LEADER+ na região da Península de Setúbal, a Adrepes - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal tem tido a preocupação de fomentar parcerias que permitam o aproveitamento de energias e a criação de sinergias, bem como a beneficiação das capacidades e recursos dos actores-chave locais, envolvendo os sectores público, privado, voluntário e organizações comunitárias, na concepção, desenvolvimento e aplicação de soluções perante o surgimento ou incremento de problemáticas associadas ao mundo rural em contexto periurbano.

O trabalho em parceria nem sempre é fácil, uma vez que engloba muitos interesses e dificuldades, conforme os agentes envolvidos na sua concepção. É necessário planear e implementar atempadamente as várias acções de um projecto de modo a cumprir prazos. Clarificar funções e perceber que a cooperação se constrói quotidianamente e assenta numa comunicação aberta e transparente. Gerir conflitos e mediar negociações. Estas são muitas vezes as exigências que a Adrepes tem no seu dia-a-dia e que tenta responder através de uma actuação perspicaz e coerente.

A experiência torna-se compensadora, uma vez que as parcerias locais fomentam a união e a coesão social, tornando-se um excelente instrumento de diálogo e partilha de soluções.

Adoptando o princípio segundo o qual “o desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas” (Dossier LEADER, 2000), pode-se afirmar que o LEADER aponta caminhos promissores para a ampliação desta capacidade, principalmente por introduzir a noção de co-responsabilidade. Os cidadãos deixam de ser meros objectos das políticas definidas pela autoridade central e passam a assumir o papel de agentes nos processos de transformação social, essenciais em áreas onde existe demasiada competição entre a utilização do espaço e dos recursos de territórios com fortes pressões territoriais, como é o caso da Península de Setúbal.

A principal inovação que o LEADER trouxe para o território da Adrepes foi, sem dúvida, incorporar na abordagem territorial do planeamento os conceitos de parceria e competitividade, segundo os quais “uma área torna-se competitiva se está habilitada para fazer face à competição do mercado e, ao mesmo tempo, assegurar a sua sustentabilidade ambiental, social e cultural, baseado no trabalho em rede e nas relações inter-territoriais” (Dossier LEADER, 2000).

Cláudia Bandejas
Adrepes



Uma ferramenta para as políticas de proximidade

No momento em que se definem as políticas de intervenção nos espaços rurais, com destaque para os Programas de Desenvolvimento Rural do Continente, Açores e Madeira, a abordagem LEADER parece finalmente conquistar um lugar nas políticas públicas nacionais, como reconhecimento dos resultados de três gerações de programas experimentais de iniciativa comunitária.

As sete especificidades metodológicas do LEADER, voltam a ocupar um lugar de destaque nos documentos de orientação, nas exposições técnicas e políticas, nas comunicações, nos seminários, nas acções de formação, etc. Cada interveniente refere o que entende por “abordagem territorial”, “abordagem integrada e multisectorial”, “abordagem local e ascendente”, “parceria local”, “inovação”, “organização em rede e cooperação” e “autonomia e descentralização das decisões e da gestão”.

Se nalguns países europeus a integração destes princípios nas políticas nacionais tem por base a tradição administrativa desses mesmos países, em Portugal trata-se de uma clara influência do programa de iniciativa comunitária, reforçada pelas orientações expressas no regulamento do FEADER. Assim, há um longo caminho a percorrer em conjunto pelas entidades que nos últimos anos têm sido responsáveis pela implementação local dos programas LEADER e pela administração, para quem esta abordagem pode ainda causar alguma estranheza ou desconfiança.

A abordagem LEADER, mais do que um método de gestão é um modelo de desenvolvimento, assente nos princípios da proximidade e do desenvolvimento local, onde os aspectos da animação comunitária assumem um papel preponderante no sucesso da implementação das medidas de política. Na implementação da abordagem LEADER está em causa uma dimensão governança local indissociável do exercício de uma cidadania activa e responsável por parte das pessoas e das comunidades rurais ao definirem os caminhos do seu próprio desenvolvimento.

Alguns destes princípios subjacentes à abordagem LEADER, vamos encontrá-los também noutras políticas viradas para o futuro: as experiências das iniciativas comunitárias EQUAL e INTERREG, nas áreas da igualdade de oportunidade e da cooperação inter-regional, as Agendas Locais 21 no domínio do Desenvolvimento Sustentável, as redes sociais, de luta contra a pobreza, etc.

Nesta nova geração de políticas públicas que privilegiam o papel da sociedade civil – tanto das empresas como das organizações do terceiro sector – na definição, execução e acompanhamento das mesmas, fica guardado para a administração um papel regulador, de controlo e, obviamente, de correcção e reposição da legalidade e conformidade em caso de incumprimentos.

Este é o contexto em que importa equacionar os desafios que se colocam às parcerias locais responsáveis pela concepção e implementação das políticas de desenvolvimento rural. O processo de constituição destas parcerias deve considerar também as demais características da abordagem LEADER, nomeadamente a participação, a territorialidade e o “bottom-up”, resultando em parcerias participadas localmente, representativas das dinâmicas territoriais e da multisectorialidade dos actores do território, pautando-se por modelos de funcionamento que promovam a transparência e a equidade.

Nomeadamente, que diz respeito à implementação das medidas de Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013, que serão alvo da abordagem LEADER, o envolvimento das parcerias locais deve ser efectivo a diferentes níveis:

- Concepção e reflexão – nos processos de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local e nos momentos de reprogramação;
- Execução e implementação – através da criação de uma entidade responsável pela gestão a nível local (que deverá emanar da parceria local) e do acompanhamento da sua acção. Assim como pelo envolvimento directo em projectos relevantes para o território;
- Decisão – a parceria selecciona a entidade responsável pela gestão e define a composição do órgão colegial a que cabe a decisão sobre os projectos, em respeito pelos normativos em vigor, assegurando a representatividade das dinâmicas do território, a transparência e a equidade;
- Acompanhamento, monitorização e avaliação da execução do Plano de Desenvolvimento Local e do funcionamento em parceria – analisando e aprovando os relatórios elaborados pela entidade responsável pela gestão, a submeter à Autoridade de Gestão Nacional; promovendo momentos de reunião formais periódicos, para acompanhamento e validação.

A entidade responsável pela gestão deve deter e demonstrar capacidade técnica e de gestão no âmbito do trabalho em desenvolvimento rural e experiência com instrumentos de política comunitária, nomeadamente através de uma equipa técnica adequada. Esta equipa deve responder às exigências de gestão regulares e à necessária segregação de funções e ser complementada com a aquisição de competências especializadas no seio da parceria, noutros actores do território, ou mesmo externamente ao território.

O órgão de decisão deve emanar da parceria local, conservando na sua composição o respeito pelas dinâmicas do território, a transparência e a equidade, assim como pela regulamentação nacional e comunitária, com destaque para o predomínio das entidades privadas. Estas características e funcionamento legitimam este órgão colegial para a análise e decisão sobre qualquer projecto no âmbito do Plano de Desenvolvimento Local, inclusive sobre os projectos submetidos pela própria entidade gestora ou qualquer membro da parceria. Este procedimento é, aliás, o único que permite cumprir as orientações do regulamento do FEADER no sentido de a decisão se manter ao nível local e da responsabilidade de uma estrutura maioritariamente privada, o que deixaria de acontecer caso a decisão passasse para qualquer nível da administração pública. Definir uma estratégia e decidir localmente sobre os projectos a apoiar é a expressão mais clara da autonomia das parcerias locais – uma marca característica do LEADER em Portugal – e o contraponto às responsabilidades que estas parcerias assumem perante o Estado e perante os promotores de projectos e a população dos territórios rurais.

Minha Terra

Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

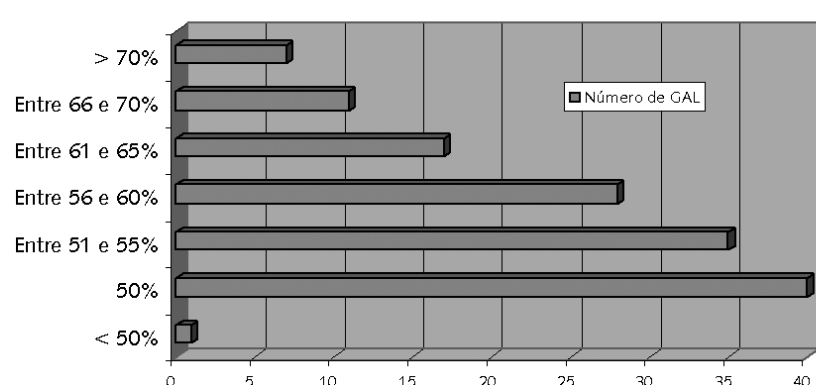
A parceria público-privada em França

Qual é a expressão desta parceria em França?

O programa LEADER+ destaca-se de outros programas comunitários através de várias especificidades sendo a primeira a parceria público-privada nas Comissões de Programação dos GAL (Grupos de Acção Local).

Em França os GAL aplicaram esta modalidade em cerca de 30 por cento das Comissões de Programação, com uma representação igualitária entre os actores privados e públicos e 70 por cento das Comissões de Programação compostas maioritariamente por actores privados.

Percentagem de actores privados nas Comissões de Programação



Quem são os actores privados implicados nas Comissões de Programação?

Em primeiro lugar, refira-se que o tema que os GAL franceses mais seleccionaram é precisamente a valorização dos recursos naturais e culturais. De facto, 59 GAL elegeram-no como tema federador. Não é surpreendente que 30 por cento dos actores do sector privado sejam representantes de associações com uma vocação cultural (lazer, desporto, cultura, social, religião, património).

Os empresários constituem o segundo grupo de parceiros privados. São empresários no sentido lato, ou seja, incluem artesãos, comerciantes, industriais, agricultores, profissionais liberais (médicos, advogados) e proprietários de estalagens ou de actividades turísticas em meio rural. Entre os 16 por cento, os sectores de actividade mais representados são a agricultura, o artesanato seguido pela indústria; o sector primário ocupa, de facto, um lugar importante no meio rural. Convém acrescentar que esses sectores também são representados através dos eleitos das câmaras consulares que ainda exercem ou já exerceram esse tipo de actividade.

O sector associativo com uma vocação territorial (ambiente, desenvolvimento local e economia) e as associações ou federações profissionais (de defesa de interesses) representam, respectivamente 12 e oito por cento.

Qual é o valor acrescentado da parceria público-privada para os territórios franceses?

As respostas mais frequentes dos GAL a esta pergunta são:

- enriquecimento dos debates e alargamento da visão sobre o desenvolvimento territorial: cruzamento dos olhares e das lógicas;
- incorporação das preocupações dos actores privados no desenvolvimento dos territórios e, nomeadamente, em relação a temáticas tais como económicas, sociais e ambientais: novas abordagens;
- melhor legibilidade para os actores privados relativamente à utilização de fundos públicos e à responsabilidade dos eleitos e do seu papel;
- desenvolvimento das relações e das parcerias entre actores públicos e actores privados;

Quais são as principais dificuldades ligadas à parceria público-privada?

Os GAL franceses reconhecem, portanto, maioritariamente os ensinamentos e o desafio de uma parceria público-privada para o desenvolvimento dos territórios. Todavia, destacam-se em certos casos algumas dificuldades inerentes a lógicas de parceria e próprias ao envolvimento dos actores privados, noutros:

- regra do duplo *quorum*, difícil de aplicar para cada reunião da Comissão de Programação;
- *turn-over* dos membros da Comissão de Programação devendo-se em particular à mudança de pessoas no seio das associações;
- a implicação dos actores privados é mais difícil pois têm actividades profissionais às vezes constrangedoras;
- conseguir manter os actores mobilizados: « desgaste » dos membros do Comité de programação;

Alguns motivos para o sucesso da parceria público-privada de qualidade

- necessidade de ter um animador, encarregado de animar as reuniões das Comissões de Programação: ordem do dia, relatório...;
- organização pelo animador de reuniões técnicas anteriores aos Comités de programação por forma a resolver as questões ligadas à elegibilidade...;
- o animador comunica regularmente sobre o programa com os membros do Comité de programação: não se limitar à programação das acções do GAL (agenda da rede LEADER...);
- mobilização dos membros do Comité de programação na vida da rede nacional ou regional: participação em manifestações organizadas pelas diversas redes LEADER.

Uma questão fica, todavia, em suspenso no que concerne à representatividade da parceria para que esta se torne legítima: há que privilegiar a representatividade territorial, sectorial, temática? Não existe uma resposta única até hoje... O futuro o dirá talvez.

Séverine Bressaud
Rede Nacional Francesa

O LEADER: desafios para o futuro

A acção de formação sobre “A Abordagem LEADER”, realizada nos dias 9 e 10 de Abril, em Aveiro, com a presença de 18 GAL (Grupos de Acção Local) e representantes do Ministério da Agricultura e das Direcções Regionais de Agricultura, foi a ocasião para analisar e reflectir sobre o sentido do “método LEADER” e fazer o balanço da sua aplicação e desafios para o futuro.

Concebido inicialmente como resposta a uma necessidade de regulação territorial (revitalizar as zonas rurais em crise devido à intensificação da agricultura – segunda revolução agrícola – e a sua concentração nas zonas mais produtivas), o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER afirmou-se ao longo dos anos como uma referência em termos de metodologia de desenvolvimento rural e mais geralmente de governança territorial. O seu reconhecimento como referência metodológica transversal a nível europeu para o período 2007-2013, saindo de 15 anos de laboratório no LEADER I, II e + para ser integrado nas políticas gerais de Desenvolvimento Rural, testemunha o valor desta metodologia como base de uma nova governança, baseada nas abordagens associativas, não só para as zonas rurais mas para a sociedade em geral.

O princípio que podemos chamar da “autonomia versus responsabilidade” para atingir objectivos comuns, acordados de maneira concertada, utilizado no lançamento do LEADER I em 1990/1991 face à constatação que soluções para territórios em crise só podiam ser encontradas e realizadas pelos próprios actores locais, foi a base do que passou a ser chamado a partir das análises do Observatório LEADER II em 1998/1999 as “7 especificidades do método LEADER”: autonomia na definição do território (com a abordagem territorial); autonomia de organização local (com a parceria local); autonomia nos métodos de envolvimento das populações locais, nomeadamente com meios para a constituição de equipas técnicas de animação (abordagem ascendente); autonomia na escolha dos domínios de intervenção, permitindo sair de uma intervenção sectorializada (abordagem integrada); autonomia na forma de seleccionar e financiar os projectos (descentralização das decisões de financiamento); autonomia na organização dos projectos de cooperação interterritoriais e na organização em rede; e, mais geralmente, autonomia na inovação contra a responsabilidade partilhada para atingir o objectivo comum de revitalização dos territórios rurais, ao qual se acrescentaram, no LEADER+, os objectivos de desenvolvimento sustentável e igualdade de oportunidades.

Na base deste quadro conceptual de análise do LEADER foi possível ter um olhar crítico sobre a maneira como estes princípios foram aplicados (ou não), quais as mais-valias e as soluções possíveis para ultrapassar os limites e os desafios para o futuro.

Das diversas análises realizadas, ressaltaram três pontos muito importantes.

Primeiro: em termos de impacto, o princípio da “autonomia versus responsabilidade” permitiu uma grande capacidade de inovação dos GAL a nível dos seus territórios de intervenção, nomeadamente em termos de estratégias de desenvolvimento local, métodos de concertação local, animação territorial, apoio e selecção de projectos, traduzindo-se por uma forte revitalização, nomeadamente nos campos da recuperação e valorização dos saberes-fazer e culturas locais, e da viabilização de uma economia local graças à integração entre vários sectores. Contudo, existem aspectos para os quais há ainda uma certa carência de inovação essencial, nomeadamente no que diz respeito às formas de contratualização com os portadores de projectos, quer seja para a sua responsabilização

Exemplos dos elementos discutidos nas duas primeiras fases:	
Desafios da sociedade	Objectivos gerais de desenvolvimento rural
Envelhecimento da população	Fixar os jovens – revalorização de profissões tradicionais – pólos de atracção
Imigração	Envolver as populações urbanas no desenvolvimento rural
Conflitos Norte/Sul	Acolher os emigrantes – Cooperação descentralizada Norte/Sul
Competitividade	Aprofundar os métodos para atingir uma competitividade no mercado livre (nichos de mercado, juntar produtores, etc.)
Globalização	Competitividade societal: acordos/compromissos com os consumidores
Mercado livre	
Perca de identidade	Dar continuidade/aprofundar a valorização da identidade cultural
Mudanças rápidas	Preservação da memória do passado Sensibilização dos consumidores ao consumo responsável
Fim das energias fósseis	Relocalizar a economia
Mudanças climáticas	Poupança de consumo de energia e água
Água potável	Recuperação de resíduos/excedentes Energias renováveis Fixação do carbono
Novas tecnologias de informação e comunicação	Pólos de informação Venda pela Internet (serviço para vários territórios)
Aumento das desigualdades, do desemprego estrutural e da exclusão social	Microcrédito Criação de emprego

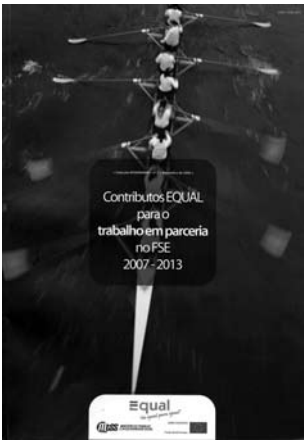
como agentes de desenvolvimento activos em complemento das equipas técnicas (sem o qual dificilmente será possível uma descentralização a nível micro-local), quer seja em termos de engenharia financeira para um melhor aproveitamento e eficiência na utilização dos fundos públicos.

Segundo: apesar dos esforços desenvolvidos no LEADER, a evolução do contexto económico e político não permite uma revitalização das zonas mais desfavorecidas, nomeadamente no interior do país, continuando muitas numa situação de declínio demográfico e económico. Um desafio essencial no futuro para inverter esta situação será envolver as populações urbanas no desenvolvimento rural para que a gestão do espaço rural como património comum se torne um assunto político central a nível nacional e não um domínio cada vez mais marginalizado e menos priorizado. Deste ponto de vista, certas experiências inovadoras como o projecto Reciproco - Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores merecem uma atenção particular.

Terceiro: os GAL tiveram e deverão continuar a ter um papel essencial na coordenação das políticas a nível dos seus territórios. Deste ponto de vista, o método LEADER foi, de uma forma global, bastante bem aplicado a nível dos territórios de intervenção mas pouco a nível micro-local e a nível nacional. Por isso, um dos maiores desafios para o futuro será transferir o método LEADER, tanto para cima (i.e. a nível nacional, nomeadamente os princípios da parceria e da abordagem territorial integrada e ascendente a este nível), como para baixo (descentralização a nível micro-local segundo o mesmo princípio da autonomia contra responsabilidade).

Seguidamente, analisaram-se as diversas fases de preparação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento territorial no quadro da elaboração de um PDL (Plano de Desenvolvimento Local), com a seguinte sequência: 1. Análise dos desafios da sociedade + diagnóstico de território → 2. objectivos gerais de desenvolvimento local → 3. objectivos operacionais apoiando-se sobre o conceito de multifuncionalidade → estratégia de implementação → formas de apoiar → formas de contratação → acompanhamento → avaliação → capitalização → transmissão.

Samuel Thirion
Formador



Contributos EQUAL para o trabalho em parceria no FSE 2007-2013
Autoridades de Gestão EQUAL da Alemanha, Áustria, Bélgica, Grécia, Polónia, Portugal, República Checa e Suécia; Gabinete de Gestão EQUAL; Dezembro 2006

“O trabalho em parceria constitui um dos requisitos fundamentais da EQUAL.” Partindo desta convicção e com a consciência de que a parceria, apesar de não ser uma experiência nova na área social, também não é uma prática consolidada, esta publicação procura sistematizar e disponibilizar “novas aprendizagens” adquiridas durante projectos EQUAL, nacionais e europeus, ao nível da filosofia, formalização e gestão da parceria. Valorizada por todos os que participaram na implementação de projectos, na parceria foi destacado o “desenvolvimento conjunto de abordagens inovadoras”, a “complementaridade de actividades” e a “aquisição de novas competências”. Também a inexistência de “um modelo de trabalho em parceria ideal” determina a necessidade de que a “regulamentação nacional seja suficientemente flexível (tal como aconteceu no Regulamento Específico da EQUAL) para não inviabilizar a constituição e funcionamento das parcerias, mas antes para acomodar os diferentes modelos de parceria.” A publicação analisa a pertinência da parceria para os novos programas do FSE (Fundo Social Europeu), custos e benefícios do trabalho em parceria, oportunidades de integração de parcerias nos novos programas, e as considerações essenciais para os responsáveis pela concepção e gestão dos programas.



Outras mediações Estado/sociedade – As parcerias no programa LEADER
Serafim, Maria do Rosário; Direcção Geral de Desenvolvimento Rural; 1999

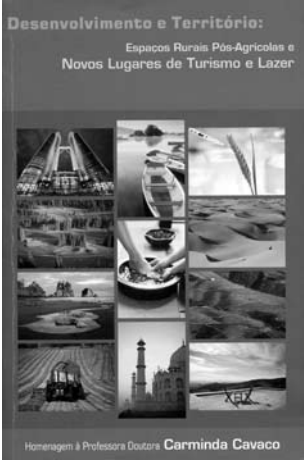
Resumo da tese de dissertação de mestrado intitulada “Mutações no espaço social rural: limites e virtualidades”, apresentada pela autora ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, para obtenção do título de mestre em Serviço Social, a publicação “Outras mediações Estado/sociedade – As parcerias no programa LEADER” está organizada em duas grandes partes: Ordem política e repolitização da esfera social; e, Outras formas de mediação Estado/sociedade o caso do programa LEADER. O estudo começa pela análise da emergência de problemas das populações das zonas rurais, sendo que, só a partir dos anos 90, um dos eixos da política social europeia passou a estar vocacionado para o desenvolvimento rural. Neste contexto, surgiu a Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), especificamente direccionada para os problemas destas zonas. A abordagem LEADER é baseada nos esforços conjuntos dos protagonistas locais e “está na génese das dinâmicas surgidas ao nível dos movimentos locais”, protagonizados por autarquias, instituições públicas e associações da sociedade civil. Neste estudo “pretende-se analisar o Programa LEADER enquanto estratégia possibilitadora de uma maior autonomia e intervenção no espaço público”, nomeadamente através do “fortalecimento das Associações de Desenvolvimento Local”. A pesquisa vai desde o início do Programa LEADER, em 1991, até 1996, sendo feita uma “análise da evolução das parcerias” e aborda a intervenção dos Grupos de Acção Local nos territórios, no seu papel de “reforçar a capacidade interventiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisões”.



Revista Viver – Vidas e Veredas da Raia
Adraces - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, Dezembro, Janeiro, Fevereiro 04/07

Com o apoio do LEADER+/Adraces

“Artes e artistas da BIS” é o grande tema da edição número quatro da revista Viver – Vidas e Veredas da Raia que destaca ainda a entrevista com o presidente da Câmara Municipal de Penamacor, a entrevista com o director da Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) e uma reflexão acerca das “Teorias e práticas de Desenvolvimento Local”. Lançada no início de 2006, a revista é uma publicação trimestral, de distribuição gratuita, que “aborda territorialmente as questões específicas da área de intervenção da Adraces e, tematicamente, as relacionadas com o desenvolvimento local em espaços rurais, numa perspectiva nacional e europeia” e “pretende contribuir de forma especializada e credível para a formação de uma opinião pública esclarecida e crítica em questões de desenvolvimento local em meio rural, condição indispensável para se conseguir uma realidade (rural) social e economicamente mais justa e integrada” (Estatuto Editorial, edição n.º 01/06).



Desenvolvimento e Território:
Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer
Coordenação: Fonseca, Maria Lucinda; Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa; 2006

Publicação resultante das actas da conferência “Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer”, que teve lugar no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, em Novembro de 2006. O evento teve o objectivo de suscitar o debate científico em torno de dois temas actuais: Os novos desafios do desenvolvimento do mundo rural; e Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos, ao mesmo tempo que pretendia homenagear a Professora Carminda Cavaco, que também esteve envolvida na organização do evento e contribuiu com a elaboração da conferência final. A publicação não se limita à edição das actas da conferência, incluindo também o texto introdutório “Carminda Cavaco – Sentidos e contextos de uma singular vida académica e científica”, da autoria de Luís Moreno, no qual se procura fazer um retrato científico da homenageada, com algum enquadramento biográfico. Seguem-se quatro capítulos organizados em torno de quatro partes fundamentais. A primeira corresponde à Conferência de abertura, efectuada por Antoine Bailly; as segunda e terceiras aos temas 1 e 2, e que congregam 13 textos de igual número de autores, e, por fim a última que corresponde à conferência final, da autoria de Carminda Cavaco.

www.cooperaremportugues.org



“Cooperar em Português é um projecto de cooperação transnacional que visa a troca de informações e experiências sobre os processos de desenvolvimento levados a cabo nos países de língua oficial portuguesa”. Congrega uma parceria alargada que junta Rede Portuguesa LEADER+, Rede Dlis - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor, além das associações portuguesas: Adae, ADD, ADDLAP, Ad Elo, Adiber, Adices, ADL, Dueceira, Leadersor, Pinhal Maior, e Terras de Sicó. Fazendo uso da experiência e metodologia LEADER, o projecto tem o objectivo de criar uma estratégia de aproximação entre países de expressão oficial portuguesa. No site, é possível consultar “Notícias” e actividades em “Agenda”, e, no item “Quem Somos”, conhecer os objectivos e as entidades envolvidas no projecto, bem como consultar o protocolo de cooperação. Também se pode consultar um mini-dicionário de expressões, instituições e termos ligados ao desenvolvimento local no “Glossário”, ou aceder ao “Historial de desenvolvimento local”, bem como ao “Retrato” dos oito países lusófonos. É ainda disponibilizado um “Acervo de textos” para download, além de “Metodologias e ferramentas” LEADER+.

www.rotaguadiana.org



Renovado site da Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado, entidade privada sem fins lucrativos criada em 1992, e que elegeu a “Margem Esquerda do Guadiana” como território prioritário de intervenção. Na página de abertura, o site disponibiliza uma apresentação e contactos da associação, com indicativos das “Grandes Áreas de Intervenção”, “Certificação e Participações Externas”, além de uma coluna de “Destques” com informação noticiosa sobre a vida da Rota do Guadiana. Depois, é possível aceder a informação mais detalhada sobre a associação, como o organograma em “Organização” ou listagens de actividades e projectos em “Serviços”, “Intervenções” e “Projectos”. As “Edições” permitem conhecer publicações úteis, enquanto a “Fototeca” constrói uma mostra fotográfica de imagens do território, que é apresentado detalhadamente no item “Território”. “Centro @prender+”, “Basquetebol” e “Loja MEG” completam a listagem de serviços da Rota do Guadiana nas áreas de formação, desporto e comércio de produtos regionais. Por fim, em “Links” encontra ligações úteis para os municípios da zona de intervenção, alojamentos, restaurantes, empresas de animação turística e locais de interesse na região, além de outras ADL e instituições úteis.

www.minhaterra.pt



Site da Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, criada em Fevereiro de 2000, e que junta 49 associações de desenvolvimento local (ADL). A página de abertura disponibiliza notícias atualizadas na rubrica “Em Destaque”, sobre temáticas ligadas ao desenvolvimento local. Na barra de acesso a outras páginas pode-se encontrar os itens: “Acerca da Minha Terra”, “Associados”, “Cooperação”, “Documentos” e “Ligações”. No primeiro, temos informação “Acerca da Minha Terra”, com um texto de apresentação, e a consulta de Estatutos, Órgãos Sociais e Contactos, bem como dados sobre a ELARD - Rede Europeia de Desenvolvimento Rural, da qual a Minha Terra é membro. Em “Associados” encontramos um mapa e lista de associados que são o ponto de partida para se aceder a informação sobre as 49 associadas. Em “Cooperação” é possível utilizar a Base de Dados Cooperação LEADER+, que permite procurar entidades parceiras para cooperação transnacional, e consultar informação sobre o seminário “Estender as redes de cooperação LEADER”. “Documentos” congrega documentação geral (relatórios, regulamentos) e textos publicados no site (desde 2002), que estão disponíveis para consulta. Por fim, “Ligações” permite o acesso a sites diversos sobre desenvolvimento local.

Quinta do Crasto

Tempos livres ocupados

Quando o toque de saída soa nas escolas de Marco de Canaveses, os alunos têm a possibilidade de ocupar o tempo livre num espaço único no concelho. Um projecto sonhado por uma professora que resolveu transformar a quinta da família numa infra-estrutura educativa, seguindo a velha máxima da mente sã em corpo sã.



Na plenitude dos seus verdejantes sete hectares, a Quinta do Crasto é um lugar de educação, cultura e lazer. A oferta é diversificada. Natação, futebol, basquetebol, voleibol, ténis, equitação, música, teatro, inglês, francês... Os alunos fazem as suas escolhas, de acordo com as predileções e tempos livres.

Actualmente, as escolas do 1º ciclo do ensino básico já fazem prolongamento de horário até às 17h30, oferecendo aos alunos, obrigatoriamente, 90 minutos semanais de apoio ao estudo e actividades de enriquecimento curricular, com destaque para o Inglês nos 3º e 4º anos, a música e a actividade física e desportiva.

Em 1993, porém, quando a Quinta do Crasto abriu as portas, a realidade era bem diferente. Enquanto que noutros países não muito distantes, como a Espanha e a Bélgica, as escolas se começavam a organizar neste domínio, em Portugal começam a surgir algumas entidades privadas para responder às necessidades dos pais. Muitas vezes, insatisfeitos com a escola, são professores os principais promotores das iniciativas. É o caso deste projecto que tem por detrás a Preceptor, uma empresa de serviços educativos e de lazer adicionais à escola.

A Quinta do Crasto nasce na mente de Dulce Ramos. Um dia a professora de Português e Francês do 2º e 3º ciclos do ensino básico decidiu pôr a quinta da família “ao serviço da educação”, oferecendo aos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico de Marco de Canaveses um conjunto de actividades que permitem aos alunos aprendizagens fora do horário lectivo. “Estive 15 anos no ensino mas, apesar de gostar muito, não estava satisfeita. Sonhava ter um espaço onde não deixasse de ensinar mas que pudesse fazer mais qualquer coisa”.

Deixando de lado a carreira para se dedicar inteiramente a este sonho, Dulce Ramos empenha-se num projecto que tanto na época como hoje marca a diferença no concelho. Tirando partido das características do espaço, a professora privilegia o contacto directo com a Natureza, oferecendo um leque diversificado de actividades extracurriculares para depois das aulas de apoio ao estudo, desporto, música, teatro, trabalhos manuais e aprendizagem de

línguas estrangeiras, seguindo a velha máxima da mente sã em corpo sã.

A Quinta do Crasto assegura o transporte de e para as escolas e para casa no final do dia e ainda as refeições, confeccionadas sempre que possível com ingredientes da quinta. Actualmente, a pedido de alguns pais, o projecto tem também a funcionar a Escolinha (jardim-escola) para os mais pequeninos.

No primeiro ano de actividade, a Quinta recebeu 35 alunos. Número que tem vindo a aumentar a cada novo ano lectivo. Hoje são mais de 100 os alunos do ensino básico que ocupam os seus tempos livres na Quinta do Crasto durante o ano lectivo. As actividades disponíveis hoje em dia também são muitas mais, numa tentativa de melhorar sempre as condições, como explica Dulce Ramos. Contudo, de acordo com a professora, e apesar da procura crescente, aquele número não deverá crescer muito mais para manter a qualidade dos serviços prestados.

Uma quinta activa todo o ano

Serviços que não se limitam ao calendário escolar. Nas férias, inclusive em Agosto, para grande satisfação dos pais, a Quinta do Crasto mantém as portas abertas. Como explica Dulce Ramos, não há apoio ao estudo mas as actividades de lazer mantêm-se, ganhando algumas delas especial relevo nesta altura do ano. É o caso do campismo, actividade que ganha excepcional número de adeptos nos meses de Julho e Agosto. Tirando partido quer das condições climáticas, quer das características da quinta, povoada de árvores e vegetação diversificada e um riacho, os miúdos lançam-se a montar as tendas, implorando aos pais que os deixem pernoitar nelas.

Para Dulce Ramos faz tudo parte das mais-valias de um lugar como a Quinta do Crasto. Uma quinta activa, sublinha, onde as crianças e jovens aprendem muita coisa, para lá das salas de estudo. “Aqui”, diz, “todos sabem que existem momentos para trabalhar e momentos para brincar. A liberdade é total, desde que a saibam usar”.

Acompanhá-los sem lhes tirar a liberdade é o grande desafio de Dulce Ramos, dos professores contratados e restante pessoal auxiliar, tal como da mãe, marido e filhas, todos envolvidos no projecto desde a primeira hora.

Para Dulce Ramos, é a esta forma de trabalhar que se deve o sucesso do projecto. “Os miúdos aprendem cá muito, interagindo sempre uns com os outros e com os animais da quinta (cavalos, pôneis, burros, galinhas, coelhos e cães). Por exemplo, quando vão andar de cavalo, ajudam a selar os animais, a escová-los... Fazem compotas com fruta cá da quinta... Ou seja, sentem a quinta como sua... É outro estímulo... Na escola não conseguia cativá-los como aqui... Era isso que me cansava no ensino, apesar de gostar muito... Aqui, sinto-me realizada, porque as crianças estão felizes...”.

Num concelho com muito insucesso escolar e abandono precoce da escola, Dulce Ramos não tem dúvidas de que a Quinta do Crasto “tem contribuído para que eles gostem efectivamente de estudar”.

Procurando sempre melhorar as condições, quer ao nível das actividades, quer da própria quinta, e para o que contribuiu o programa LEADER+, cujo apoio incidiu na reconversão dos estábulos, a criação de um espaço polivalente e a vedação de interdição dos animais nas áreas de cultura, num investimento total de 35 mil euros, permitindo ainda a criação de dois postos de trabalho, Dulce Ramos acredita estarem reunidas as condições para abrir a quinta às escolas para visitas ocasionais.

Os pedidos há muito vêm chegando à quinta, sobretudo das escolas da região, mas a professora tem adiado esta nova vertente, não querendo correr o risco de não poder continuar a dar a mesma atenção aos “seus” meninos como até aqui. Com efeito, basta um par de horas na Quinta do Crasto para perceber o quão é solicitada a professora Dulce...

Paula Matos dos Santos

Quinta do Crasto
Freixo/Manhuncelos
Marco de Canaveses
Tel. 255 531 039; 255 531 048

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 44 - 2007

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º

1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70

Fax: 21 843 58 71

E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Gestor do Programa LEADER+, Francisco Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/DGADR, Rui Veríssimo Batista/DGADR

Redacção

Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número

Ana Vale (Equal), Carmen Toste (Grater), Cláudia Bandeiras (Adrepes), David Marques (Esdim), Dolmen, Mafalda Cabral (Sol do Ave), Maria do Rosário Serafim (DGADR), Minha Terra, Pereira Cardoso (Coop. Cultural Fonte do Mel), Rolando Pimenta (Dolmen), Rui Veríssimo Batista (DGADR), Samuel Thirion, Séverine Bressaud (Rede Nacional Francesa)

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Impresso em Julho de 2007

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



Comissão Europeia
Programa LEADER+